

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

ALBERTO COSTA DIVINO FILHO

A INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA POLICIAL MILITAR: Um estudo de
caso na Polícia Militar do Maranhão.

São Luís
2017

ALBERTO COSTA DIVINO FILHO

A INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA POLICIAL MILITAR: Um estudo de caso na Polícia Militar do Maranhão.

Monografia apresentada junto ao curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito para a conclusão do Curso.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos.

São Luís

2017

Divino Filho, Alberto Costa.

A inserção da mulher na carreira policial militar: um estudo de caso na Polícia Militar do Maranhão / Alberto Costa Divino Filho. – São Luís, 2017.

... f. 62

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos

1. Mulher. 2. Inserção. 3. Polícia Militar. 4. Maranhão. I. Título

CDU: 355.02-055.2(812.1)

ALBERTO COSTA DIVINO FILHO

A INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA POLICIAL MILITAR: Um estudo de caso na Polícia Militar do Maranhão.

Monografia apresentada junto ao curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito para a conclusão do Curso.

Aprovada em ____ / ____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos
(Orientadora)

1º Examinador

2º Examinador

Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender. (PAULO FREIRE).

AGRADECIMENTOS

À Deus em primeiro lugar pela força Divina e pela dádiva da vida.

À profa. Doutora Sandra Regina, minha orientadora pelo seu profissionalismo e dedicação, mas também pela amizade e acompanhamento pelas horas de extrema angústia e necessidade; será sempre um exemplo de professora, pesquisadora e mulher.

À profa. Doutora Milena Galdez, pelo incentivo durante a graduação do curso de História Licenciatura e seu exemplo de pessoa.

À profa. Doutora Elisabeth Abrantes e ao Prof. Mestre Ricardo Pacheco por terem participado da Banca Examinadora, contribuíram de forma preponderante para a realização desse Trabalho de Conclusão de Curso com suas observações.

À Rosa Maria Souza dos Santos Divino, minha esposa e companheira de viagens, com quem eu pude contar em muitos dos meus momentos de dificuldade, aflição e com quem desfrutei tantos momentos de felicidades.

Ao meu pai (in memoriam) Alberto Costa Divino, minha mamãe professora aposentada Cleonice Furtado dos Santos pelos os incentivos morais e incondicionais.

Aos meus filhos Laryssa Allane, José Diego e Danilo Alexandre, pela força que me deram e o motivo pelo qual acordo todos os dias e vou à luta para poder chegar até o fim.

Aos meus irmãos, Welligton Divino, André Lopes, Whandreson Lopes e Raimundo Junior pelo apoio irrestrito.

À minha Sogra (in memoriam) Raimunda Júlia Tavares e aos meus cunhados, em especial José Wilson Tavares (In memoriam), e cunhadas pela torcida.

À minha cunhada, Silvia Maria Souza dos Santos, pelo apoio moral e incondicional.

Aos notáveis colegas de turma da graduação, Yann Maia, Jaciara Frazão, Camila Lima, Francisca Elenildes, Samara Ramos, Yasmin Furtado, Lucas Bruno, Gilvan Stan, Quézia Guimarães, Sara Rayana e Paulo Freire. Aprendi muito com todos vocês.

Ao Maj. QOPM Roberth Frans Ericeira pela confiança, apoio moral e o incentivo de ter me emprestado o dinheiro da inscrição do vestibular 2013.1.

Ao Ten. Cel. QOPM Jaldemir de Andrade Santos, Subdiretor de Pessoal da PMMA pelas informações prestadas da Folha de Pagamento quanto aos vencimentos e os dados dos policiais militares.

Aos colegas de trabalho Maj. QOPM Prado, Cap. QOAPM Luiz Henrique, Cap. QOAPM RR Conceição, Cb PM Marco Antônio, Cb PM Ranierre, Sds PM Bianca, Cosmo, Roosevelt e Dannyelle. Funcionários Civis Benedito e Francisca Pontes pelos laços de amizade e o apoio incondicional.

À Capitã QOPM Aparecida Fernanda Albuquerque Pinto, da PM-1 da Polícia Militar do Estado do Maranhão, que se mostrou muito prestativa e interessada e forneceram dados e dicas indispensáveis para sua realização.

À todos os professores, funcionários e colegas, em especial a Carlos Alberto Ximenes, Júlia Constança, Henrique Borralho, Neila Souza, Allan Kardec, Fabio Monteiro, Helidacy Muniz, Tatiana Reis, Mônica Piccolo, José Araújo, Nivaldo Germano, Isaac Giribet, Dona Roberta, Louisa Sousa, William, Simone Coelho, Thamires Coutinho, José Teixeira (o irmão), André Nogueira, Maikom Nunes, Honilton Filho, Leandro Arrais e Geysa Muniz todos do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão pela minha acolhida durante os longos quatro anos e meio de convivência.

À direção das escolas que estagiei: Unidade Integrada Bandeira Tribuzzi e Centro de Ensino Bernardo Coelho Almeida que me receberam como professor estagiário durante a finalização das disciplinas de Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental e Médio e que me proporcionaram condições favoráveis para concluir esse curso.

À todas as Polícias da Brisa Polícia Militar do Estado do Maranhão que participaram da pesquisa, pois sem as senhoras e senhoritas, ela não se realizaria.

E a todos que participaram e contribuíram, direta ou indiretamente, do meu processo para a conclusão dessa graduação.

LISTA DE IMAGENS E GRÁFICOS

Imagem 01	- Antigo Quartel do Comando Geral da PMMA no bairro do Desterro	27
Imagem 02.	- Antigo Quartel do Comando Geral da PMMA no bairro do Desterro	27
Imagem 03	- Atual Quartel do Comando Geral da PMMA bairro do Calhau	28
Gráfico 01	- Sua inserção na Polícia Militar do Maranhão foi fácil?	35
Gráfico 02	E quanto à concorrência, foi igual?	35
Gráfico 03	- você se sente inserida e apta a desenvolver seu trabalho nos postos e graduações da instituição ou somente àqueles “que as mulheres têm condições de exercitarem”?	37
Gráfico 04	- Para você as políticas da instituição favorecem ou desfavorecem às policiais militares?	39
Gráfico 05	- Na sua concepção a população vê a policial feminina da mesma forma que o policial masculino?	41
Gráfico 06	- Você se sente discriminada pelos colegas de profissão?	42
Gráfico 07	- Com o ingresso das policiais feminino no policiamento ostensivo, houve mudanças substanciais, no que diz respeito, ao papel das mesmas dentro da segurança pública?	44

LISTA DE SIGLAS

PEM	- Polícia Estadual do Maranhão
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
QOPM	- Quadro de Oficiais da Polícia Militar
QOAPM	- Quadro de Oficiais da Administração da Polícia Militar
RR	- Reserva Remunerada
RDE	- Regulamento Disciplinar do Exército
CFO	- Curso de Formação de Oficiais
QCG	- Quartel do Comando Geral
GCM	- Corpo de Guardas Municipais
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
CMT	- Comandante
CPPM	- Corpo de Polícia da Província do Maranhão
CPM	- Corpo de Polícia do Maranhão
CGC	- Corpo de Guardas Campestres
PM	- Policial Militar
ONU	- Organização das Nações Unidas
PM FEM	- Policial Militar Feminina
PMMA	- Polícia Militar do Maranhão
PMESP	- Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMMG	- Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
1º BPM	- 1º Batalhão da Polícia Militar
DOEMA	- Diário Oficial do Estado do Maranhão
QOPMFEM	- Quadro de Oficiais Policiais Militares Feminino
QPMG/1.0	- Quadro de Praças Militares Combatentes
QPMG/3	- Quadro de Praças Militares Femininos
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RESUMO

O presente estudo faz uma abordagem bibliográfica, documental e empírica que tematiza principalmente questões sobre a inserção e os entraves vivenciados pelas policiais militares dentro do seu contexto profissional na carreira da Policial Militar no Maranhão. Para desenvolver essa temática foram realizadas pesquisas através de questionários entregues às policiais militares. O objetivo é analisar a inclusão da mulher na Polícia Militar do Maranhão e as resistências à sua inserção; pontuar quais os maiores entraves da luta da mulher militar no que concerne à valorização na sua carreira e assinalar as transformações na visão dos papéis femininos dentro da corporação militar.

Palavras-chave: Maranhão. Mulher. Policia Militar.

ABSTRACT

The present study makes a bibliographical, documentary and empirical approach that thematizes mainly questions about the insertion and the obstacles experienced by the military police within its professional context in the career of the Military Police in Maranhão. To develop this theme, surveys were conducted through questionnaires handed out to the military police. The objective is to analyze the inclusion of women in the Military Police of Maranhão and the resistance to their insertion; To point out the major obstacles of the struggle of the military woman in regard to valorization in her career and to point out the transformations in the vision of the female roles within the military corporation.

Keywords: Maranhão. Woman. Military police.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1 ESTUDOS SOBRE A MULHER: Uma Breve abordagem histórica	6
1.1 O SER MULHER: Talhada para o privado e incapaz para o público	7
1.2 A mulher e as relações de gênero.....	12
2 AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO: Novos estudos, novas abordagens. ...	15
2.1 A inserção das mulheres no mercado de trabalho	15
2.2 As desigualdades de gênero no mercado de trabalho.....	18
3. AS MULHERES ADENTRAM AS PORTAS DAS POLÍCIAS MILITARES.	222
3.1 A História da Polícia Militar do Maranhão.....	25
3.2 As mulheres chegam às trincheiras da Polícia Militar do Maranhão.....	29
3.2.1 As Policiais do Complexo Militar do Calhau: o que dizem em suas falas	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES.....	51

INTRODUÇÃO

Escrever sobre a história das mulheres se constitui ainda hoje um grande desafio, embora já estão vários estudos historiográficos com temas bastante relevantes que trazem à tona reflexões que nos fazem pensar nos entraves, lutas, barreiras culturais, abstenção pessoal e outras tantas situações que fizeram com que essas “guerreiras” por muitas vezes se sentissem em uma prisão social. Portanto, será interessante traçar alguns painéis sobre a mulher ao longo da história.

A de se saber que, há várias décadas, as mulheres são objeto de um relato histórico que as mantém presas ao silêncio e à invisibilidade. Invisíveis porque sua atuação é protagonizada quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar; o espaço público pertence aos homens e poucas mulheres nele aventuravam-se. Para tanto, o presente trabalho visa realizar uma abordagem a respeito da luta da mulher pela sua valorização na carreira policial militar em São Luís no Estado do Maranhão, um ambiente ainda pouco explorado pela historiografia.

A presença de mulheres nas instituições militares é bastante modesta. A princípio, elas iniciaram na corporação atuando nos serviços da área de saúde, cuidando dos feridos durante a Segunda Guerra Mundial, nas Forças armadas. No Brasil, o processo de incorporação das mulheres nas fileiras das instituições militares, ocorreu de forma lenta e gradual e, mesmo após os anos 50 do século passado, nos aparatos policiais militares, sua inserção ainda é muito pequena se comparada com a quantidade do efetivo masculino existente.

A partir dessa prerrogativa, esta pesquisa busca, por objetivo, compreender e analisar o papel das mulheres dentro da corporação militar do Maranhão: as atividades desenvolvidas pelas policiais, a receptividade, a resistência e aceitação para tais mudanças, dentre outros aspectos. Além de vislumbrar a posição da mulher dentro do universo policial maranhense que, não diferente das corporações espalhadas pelo país, outrora eram ambientes exclusivamente masculinos.

A metodologia utilizada neste trabalho foi basicamente as leituras bibliográficas de autores que trabalham com a temática da mulher, mais especificadamente do estado do Maranhão, a pesquisa documental e a empírica,

trabalhando com a aplicação de questionários à mulheres de diferentes patentes e graduações, sendo algumas dessas ligadas ao Complexo Policial Militar no Calhau.

Além da introdução, esta pesquisa está organizada em três capítulos distribuídos da seguinte forma: 1. ESTUDOS SOBRE A MULHER: uma breve abordagem histórica. 2. AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO: Novos estudos, novas abordagens; e 3. AS MULHERES ADENTRAM AS PORTAS DA POLÍCIA.

No primeiro capítulo faz-se uma breve abordagem sobre as mulheres em sua trajetória histórica e sua relação com os estudos de gênero: neste processo de análise recupera-se posições de filósofos, médicos e religiosos datados do século XIX, centrando as análises no século XX, a partir da segunda guerra mundial.

O segundo capítulo intitulado *AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO*, buscou-se situa-las em diferentes contextos entre o final do século XIX e o XX a partir das contribuições de leituras prévias de vários autores e algumas pesquisas reveladoras da luta dessas pela sua inserção, valorização e conquistas em vários espaços no mercado de trabalho.

O terceiro capítulo *AS MULHERES ADENTRAM AS PORTAS DA POLÍCIAS MILITARES*, discorre sobre a entrada destas nesse ambiente antes definido como espaço destinado ao sexo masculino, verificando como se deu o processo de conquista desses espaços por elas, até atingirem as fileiras militares. Nesse momento tratamos sobre a criação da Polícia Militar do Maranhão e a inserção das mulheres nesse contexto; o que pode ser percebido nas fontes, nos documentos e principalmente nas falas expressas nos questionários das militares.

E por último, tratamos nas considerações finais de aspectos pertinentes ao objeto da pesquisa, ressaltando a necessidade de se dar continuidade ao mesmo para o preenchimento de algumas lacunas.

1 ESTUDOS SOBRE A MULHER: Uma Breve abordagem histórica

A nossa intenção neste capítulo não é fazer uma análise ampliada do tema, mas traçar em linhas gerais um panorama da história das mulheres, transitando por alguns estudos sobre gênero. Nesse sentido partimos dos seguintes questionamentos: como nasceu a história das mulheres? E como nasceu os estudos sobre gênero?

Segundo Frazão da Silva (2009, p.94)

A história das mulheres nasceu, de forma sistemática, após a segunda guerra mundial (HERNÁNDEZ SANDOICA, 2004, P.31). O objetivo desses estudos era incluir a mulher como sujeito da história, reconstruindo as diferentes dimensões das vidas das mulheres, como o trabalho, a família, a religião, a sexualidade feminina, etc.

No tocante aos estudos sobre gênero, Frazão da Silva (2009), destaca que os mesmos surgiram na década de 80 do século XX, “a partir dos questionamentos epistemológicos levantados pela história das mulheres”. (Scott, 1992 apud Silva 2009).

Sobre a história das mulheres Duby e Perrot (1993, p.14), pontuam que:

Ela constitui uma história que já tem história, que mudou de objeto, de métodos de pontos de vista. Animada, a princípio, pelo simples desejo de se tornar visível esta história tornou-se muito mais problemática, menos puramente descritiva e mais relacional. Na primeira linha das suas preocupações ela coloca a partir de agora o Gender, isto é, as relações entre os sexos, vistos não como algo inscrito na eternidade de uma natureza inacessível, mas como produtos de uma construção social.

O ponto de partida destes estudos remonta ao século XIX e XX, mais precisamente a partir da segunda guerra mundial, contemplando algumas reflexões sobre a condição feminina a partir destes momentos.

Segundo Pacheco (2010),

“...no século XIX, algumas mulheres desafiando a sociedade e indo de encontro à passividade “natural” do sexo feminino, passaram a reivindicar o que consideravam seus direitos. Uma dessas reivindicações era uma mudança no que se refere à educação oferecida as mulheres, mesmo que esse aprimoramento da educação tivesse como argumento a transformação da mulher em uma melhor mãe e esposa.”(PACHECO, 2010, p. 251).

É nesse contexto que surgem algumas mulheres escritoras que escreviam em periódicos manifestando ideias de emancipação feminina.

“Também no século XIX surgiram os primeiros periódicos redigidos por mulheres, tornando-se o jornal no primeiro meio de trocas de ideias e informações entre os poucos brasileiros alfabetizados. O primeiro destes periódicos foi o *Jornal das Senhoras*, publicado pela primeira vez em 1852. Uma década depois foi lançado *O Belo Sexo*, no rio de janeiro, e mais tarde, em 1873 foi publicado *O Sexo Feminino*, pela professora Francisca Senhorinha de Mota Diniz, em Minas gerais, dentre outros.” (PACHECO, 2010, p. 251).

A pesar destas conquistas verificadas no final do século XIX, no Brasil este foi um processo muito lento, pois ao longo do século XIX a concepção que a sociedade tinha sobre a mulher era de que a mesma deveria constitui-se como um ser talhado para o privado e incapaz para o público.

1.1 O SER MULHER: Talhada para o privado e incapaz para o público

A concepção da mulher, talhada especialmente para o privado e incapaz para o público, é marca registrada dos escritos do final do século XVIII e XIX. Neste entendimento a mulher é identificada pela sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem é identificado por seu espírito e energia. (PERROT, 1991, p.50-51).

Costa (1979 apud Reis Silva 2013, p.60), destaca que “ela chega ao Brasil no século XIX através dos discursos médicos higienistas oriundos da medicina social surgida na Europa no século XVIII”.

O século XIX inicia-se no Brasil com um discurso religioso e moralista, reforçado pelas ideias filosóficas e científicas em voga, procurando justificar a reclusão feminina ao espaço doméstico, onde as mulheres poderiam reinar como “rainhas do lar”, e onde seriam moralmente superiores aos homens. (Abrantes, 2014, p.21).

Estas ideias encontram suporte no pensamento francês do século XIX, ligados aos aspectos da reconstrução política, jurídica e social pós-revolucionária, que davam ênfase principalmente aos aspectos das “fronteiras entre o público e o privado, e a ideia de ‘esferas’; o conteúdo da sociedade civil; os papéis masculino e feminino.” (PERROT, 2006, p.95).

De acordo com a literatura do século XIX, as mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentárias por opção. A combinação de fraqueza muscular e intelectual e a sensibilidade emocional faziam das mulheres os seres mais aptos para criar os filhos. Desse modo, o útero definia o lugar da mulher na sociedade como mães. (RAGO, 1985 apud Silva Reis, 2013, p.59).

Em sua obra Abrantes (2014, p.101) enfatiza que:

As imagens femininas construídas pela sociedade brasileira ao longo do tempo e que continuavam presentes no século XIX, com algumas novas nuances marcadas pelas posturas filosóficas e científicas da época, apresentavam as mulheres como seres amáveis, dóceis, frágeis, inferiores, submissas, sendo essas características naturais ao sexo feminino.

No começo da década de quarenta do século XIX, o receio da burguesia quanto ao emprego de mulheres em ofícios incompatíveis com sua natureza manifestou-se a relação ao trabalho feminino nas minas. Já estava bem estável que uma burguesia que trabalhasse para ganhar dinheiro não era feminina. No caso do trabalho das mulheres pobres, as normas eram um pouco diferentes. As mulheres até poderiam ter um ofício, desde que este fosse um prolongamento de seu papel feminino “natural”: não se considerava inconveniente que as empregadas domésticas limpassem, cozinhassem e cuidassem das crianças.

O ofício de costureira ou de modista também era compatível, da mesma forma que as profissões ligadas à alimentação. Mas certos ofícios executados por mulheres eram considerados totalmente incompatíveis com a sua própria natureza, principalmente se fossem exercidos num ambiente misto. (Perrot, 2006, p.81)

Conforme as colocações de Perrot (2006, p.87)

Nos meados do século XIX, existiam na imaginação inglesa a ideia de que a casa era realmente o local das doçuras e delícias, esta forma de pensar dos homens nem sempre eram as das mulheres. Os homens podiam mesclar as preocupações, temores e profundas satisfações da vida pública aos encantos recônditos do lar. Para as mulheres raramente existia essa dualidade, possuíam apenas e exclusivamente o lar, quadro “natural” de sua feminilidade.

Muitas dessas impressões destacadas por Perrot são oriundas de uma literatura escrita por homens ou por mulheres sofrendo sua influência. Neste contexto a mulher é apresentada como o inverso ao homem. E para a compreensão

dessa construção ideológica, é interessante destacar o convite feito por Gikovate (2000), para voltarmos à infância do homem, pois nasce aí a ideia de que os homens são fortes e as mulheres frágeis.

Voltemos para a infância do homem e vejamos o que ele ouviu acerca do sexo feminino. Ouviu ao pé da letra as coisas que foram ditas, que as meninas são mais delicadas, mais meigas e mais frágeis e que por isso mesmo o destino a elas reservado é de natureza subalterna, seu papel é secundário e por essa razão se exige menos delas nos setores de competência mais significativa, elas estudam, do mesmo modo que os meninos, mas seu rendimento pode ser mediano que já está muito bom; elas não têm que ser competentes para as situações agressivas, pois este domínio é masculino. Desse modo, o que é que sobra em nosso mundo interior a respeito das meninas, e que irá influir definitivamente na forma como nos relacionamos com as mulheres na vida adulta? Sobra uma atitude negativa e de descaso por tudo que seja ligado aos interesses femininos. (GIKOVATE, 2000 P. 293-294).

Outros estudos tratando sobre a educação masculina, a exemplo de Cuschir (2002), destaca:

os processos de educação de uma criança do sexo masculino, é muito comum ele escutar a famosa frase “homem não chora”, em seu crescimento em direção ao homem adulto, ele vai sendo dirigido a não expressar-se emocionalmente com intensidade, principalmente em situações com grande significado afetivo, “homens são treinados para não mostrarem o que sentem”. Quando se fala que os homens são mais duros, herméticos e céticos, está se confirmando a necessidade de maior sutileza quando os abordamos em seu universo psíquico, desfazendo o que ficou incutido em seu processo educacional sobre como deve se portar na vida. Seus medos são até agora inaudíveis ou incompreensíveis para as mulheres, pois elas não conseguem escutá-los, também são inaudíveis para os outros homens, permitindo-nos deduzir que na verdade o homem simplesmente reflete o que a cultura lhe impõe. (CUSCHNIR, 2002, P.23-24).

Gikovate (2000), destaca que a questão da superioridade masculina é uma questão cultural.

A ideologia da superioridade masculina sucedeu a da igualdade entre os sexos, eventuais diferenças passaram a correr por conta apenas de causas culturais, como uma decorrência da opressão que os homens haviam imposto às mulheres. O que importa é registrar que o conceito de igualdade entre os sexos, que nos governou por décadas, tornou ainda mais difícil o processo de tentar entender o outro por si e não tomando o próprio modo de ser como padrão de referências. Se os homens e mulheres são iguais, então o homem poderá saber como age ou sente a mulher através de imaginar como agiria ou se sentiria na situação dela, e isto não é verdadeiro. Na prática os homens têm das mulheres juízos que eles recebem prontos, associados a conceitos que eles próprios construíram com base em

suas suposições, nunca se deram ao trabalho de se informar como elas são ou como se sentem. (GIKOVATE, 2000 P.292).

Na sociedade brasileira do período colonial, esse julgamento da mulher como o inverso do homem, era reflexo de em um ambiente misógino e de atraso científico oriundos do contexto europeu de séculos anteriores.

O que significava a misoginia nesse contexto? Misoginia pode ser definida como o ódio proposto contra toda incidência ao gênero feminino que, ainda que possa ser confundida com sexismo ou machismo, nesta atitude não se promulga a supremacia do homem, senão que se recusa qualquer tipo de dependência à mulher. Friedrich Nietzsche, por exemplo, não se limitou a questionar a psique feminina, ele chegou à conclusão de que é o brinquedo mais perigoso.

A conscientização pelos direitos das mulheres na sociedade brasileira alcançou novos patamares em relação ao pensamento de filósofos misóginos como Shopenhauer e Nietzsche.

No Brasil, Nísia Floresta, responderá a esse desafio, tornando-se no século XIX, a primeira feminista no Brasil imperial, lutando pela educação da mulher e pela igualdade de direitos. No entanto, é preciso ter clareza de que as idéias de Nísia embora fossem revolucionárias para a época e se constitua como o ideal da luta da mulher brasileira pelos seus direitos, isto não significa que ela tenha rompido completamente com o que ainda estava bastante arraigado no contexto social.

O discurso feminista de Nísia Floresta pelo direito das mulheres a uma educação mais completa, baseada em sólidos princípios morais, religiosos e conhecimentos filosóficos e científicos, ainda estavam imbuído da concepção em voga no século XIX de uma pretensa “natureza feminina” que destinava às mulheres os papéis sociais de esposas e mães. (ABRANTES, 2014, p.133).

Ao longo do período colonial, a sociedade brasileira apresenta a sexualidade feminina sob vários aspectos, sempre esgueirando-se pelos desvãos de uma sociedade misógina, ou seja, que têm aversão às mulheres e suportando a culpa do pecado a ela atribuído pela igreja.

A historiadora Del Priori (2011), estudiosa do período colonial aponta que as que as raízes do machismo, advém desse período. Ela é uma referência nos estudos sobre a história das mulheres no Brasil, abordando temas como sexualidade e gênero.

Em seus estudos ela aponta que, a enfermidade era vista por muito pregadores e padres, e também por médicos da época, como um remédio salutar para os desregramentos do espírito. Nessa perspectiva, a doença nada mais era do que o justo castigo por infrações e infidelidades perpetradas pelos seres humanos. (DEL PRIORI, 2011, p.78).

Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. (DEL PRIORI, 2011, p.78)

Em Portugal, fisiologistas e médicos estudavam anatomia e patologia tentando, sobretudo, entender a natureza feminina. Eles se perguntavam sobre o fim para os quais Deus teria criado a mulher. A que princípios, indagavam, a natureza feminina obedeceria? A medicina praticada tinha por objetivo definir uma normalidade que exprimisse o destino biológico da mulher. (DEL PRIORE, 2011, p.79).

Neste sentido, a autora enfatiza qual era o papel dos médicos no período colonial.

Nos tempos da colonização, o médico era um criador de conceitos, e cada conceito elaborado tinha uma função no interior de um sistema que ultrapassava o domínio da medicina propriamente dito. Ao estatuto biológico da mulher, estava sempre associado outro, moral e metafísico. Como explica o médico mineiro Francisco de Melo Franco em 1794, se as mulheres tinham ossos “mais pequenos e redondos”, era porque a mulher era “ mais fraca do que o homem”.[...] Para a maior parte dos médicos as mulheres não se diferenciavam dos homens por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e por suas características morais. (DEL PRIORE, 2011, p.79).

A autora Del Priori (2011), enfatiza que o ambiente desse período, era marcado pelo “atraso científico e de crença em poderes mágicos capazes de atacar a saúde é que argumentos e noções sobre o funcionamento do corpo da mulher foram fabricados”.

Este atraso da medicina refletia bem o contexto da sociedade no período, caracterizando uma formação de médicos “apoiada na alquimia medieval, na astrologia e no empirismo, a literatura médica refletia uma enorme ingenuidade,

deixando transparecer o despreparo ocasionado por uma formação escolar insuficiente”. Del Priori (2011, p.81)

Por outro lado, Del Priori pontua, “a influência da escolástica, que impregnava todos os conhecimentos, ajudava a sublinhar a inferioridade com que o corpo feminino era considerado”. (2011, p.81)

É possível dizer-se que as mulheres naquela sociedade basicamente restringiam seu papel ao que era determinado pelos homens, sofrendo críticas de cunho moral e colocadas numa situação de marginalização no contexto social. Não era fácil, por exemplo, a vida das mulheres que optavam por um comportamento “não conformista”, como aquelas que, depois de casadas, reconheciam as escolhas equivocadas as falências do seu patrimônio e optavam pela separação. (Del Priori 2011).

O papel da mulher no século XIX, passou a estar no centro do debate sobre a família. Os estudos filosóficos de Comte, o evolucionismo de Darwin e o determinismo de Spencer foram predominantes para os estudos e impressões dos intelectuais sobre a mulher e seu papel na sociedade. (MÉRIAN, 1988 apud Abrantes, 2010, p.52).

O historiador André Bueno (2016), pontua que essa história é muitas vezes dolorosa por revelar exclusão, inferiorização e violência, porém ao mesmo tempo, sua existência evidencia a humanização da historiografia. Escrevemos para que? Para que encher as prateleiras de bibliotecas, sites acadêmicos e currículos ou para provocar o pensamento que pode romper com estruturas discriminatórias ao entender que somos produtores de cultura? Tanto o pensamento exposto pelo autor, quanto a trajetória da história das mulheres demonstram que a mudança social é possível quando o pensamento histórico é estruturado.

1.2 A mulher e as relações de gênero

De acordo com as colocações de Pereira (2009),

Um longo caminho foi percorrido pela história sobre as mulheres, com discussões e debates referentes à maneira de se produzir a história desses sujeitos que durante tanto tempo foram deixados de lado na atenção dos historiadores. Desse percurso historiográfico que inicialmente tratou de analisar as mulheres de forma dicotômico, ora com vítimas, ora como heroínas, houve um amadurecimento teórico que buscou o estudo relacional do feminino e do masculino, através da categoria de gênero. (PEREIRA, 2009, 14).

Joan Wallach Scott (2002), historiadora norte-americana, estudiosa do campo de gênero, destaca que o estudo sobre mulheres é recente. Ela define gênero em duas partes.

O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 2002, p.14).

Para a historiadora Francesa Michelle Perrot (1988, p.167-168):

As representações do poder das mulheres: imenso tema de investigação histórica e antropológica, representações essas numerosas e antigas, mas muitas vezes recorrentes. As mulheres são potências civilizadoras, mas então as mulheres não deteriam de fato a realidade do poder? Mulher é o sexo que se chama frágil e no entanto exerce, seja sobre a família, seja sobre a sociedade, uma espécie de onipotência tanto para o bem como para o mal.

Conforme Bomeny e Medeiros (2010), os primeiros sociólogos não usavam o termo gênero para se referir ao masculino e ao feminino. Mas há uma boa razão para que a palavra tenha entrado nos estudos recentes e se tornado um conceito. Quando se fala do sexo de alguém, a referência é biológica. Mas a vida social não se restringe à biologia, aos traços físicos de cada pessoa. Masculino e feminino são mais que isso, são construções arbitrárias, variáveis segundo cada cultura e cada sociedade.

Para estes autores (2010), o que é ser feminino e o que é ser masculino não vêm com a natureza. As culturas são que definem a maneira como se transmitem valores femininos e masculinos, e o que se deve esperar em troca: que ocupações, que gestos, atitudes e comportamentos as mulheres e os homens devem ter, ou devem evitar. Isso varia de uma sociedade para outra, e também dentro de uma mesma sociedade ao longo do tempo.

Bomeny e Medeiros (2010), pontuam que estudiosos sobre gêneros, descobriram por análises continuadas, que uma pessoa do sexo feminino pode ser socializada com valores, atributos, jeito de ser e de pensar geralmente associados a outro sexo. Perceberam que uma pessoa pode ser do sexo masculino e do gênero feminino, ou seja, embora tenha a conformação biológica própria do sexo masculino, participa de um universo de valores femininos; cultiva, é vista e se vê com muitos traços atribuídos ao sexo feminino. "Gênero, portanto, é atribuído ao cultural, e não

ao físico. Os dois podem coincidir, mas não necessariamente”. (BOMENY E MEDEIROS, 2010, p.194).

As relações de Gênero tem sido objeto de inúmeras frentes de pesquisa na busca do entendimento do perfil destas relações no mundo designado como pós-moderno. Nestes últimos séculos a mulher brasileira tem vivido mudanças e conquistas significativas em relação aos seus direitos: direito ao voto, à participação no mercado de trabalho e à instituição, à possibilidade de denunciar maus tratos sofridos da parte de seus parceiros, entre outros.

Em que pese todas essas conquistas, o fato é que ainda hoje se presencia a luta das mulheres em relação a esses direitos, ainda há muita coisa a se fazer, pois a realidade tem demonstrado o quanto o cotidiano dessas mulheres é marcado de um contexto sociocultural resultantes de séculos de dominação e não é diferente com a mulher policial militar, conforme a ótica de Cabral (2004, p.4), as relações de gênero estabelecidas a partir das diferenças sexuais das pessoas, restringem a atuação das mulheres e a sociedade o seu trabalho produtivo.

As mulheres são, segundo Meszáros (2002), 70% dos pobres do mundo. São também as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas.

Neste sentido, o uso da categoria de gênero é fundamental para a análise da participação feminina na força policial, já que a trajetória dessas mulheres deve ser percebida de forma relacional com o mundo masculino da polícia. O próprio ingresso das mulheres na força policial e a maneira com são tratadas pela instituição e pelos colegas de farda são indicativos das permanências e mudanças que ocorrem na sociedade brasileira no que tange às relações sociais entre gênero. (PEREIRA, 2009, P. 15).

2 AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO: Novos estudos, novas abordagens.

A partir de meados do século XIX, o governo brasileiro procurou atrair imigrantes europeus para trabalharem na lavoura, nas fazendas de café, nas fábricas que surgiam na cidade, substituindo a mão de obra escrava, especialmente depois da promulgação da Lei do Ventre Livre e da abolição da escravatura.

A demanda pela de mão-de-obra desses imigrantes aumentou com o início da industrialização brasileira, que começou a se dinamizar na região Nordeste entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX, especialmente com a indústria de tecidos de algodão na província da Bahia e, aos poucos, foi-se deslocando-se progressivamente em direção à região Sudeste do país.

Em números, de acordo com o censo demográfico do ano de 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras contra 231.731 homens. Em geral, a maior parte dessas mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem, indústrias essas que possuíam escassa mecanização; entretanto elas não atuavam nos setores de metalurgia, calçados e mobiliário, ambientes dominados pelos homens.

Muitas mulheres eram costureiras e completavam o orçamento doméstico trabalhando em casa e, na maioria das vezes, até 18 horas por dia, para alguma fábrica de chapéu ou alfaiataria. Segundo o jornal *Franfulla*, datado de 04 de maio de 1913, eram milhares as mulheres que, em São Paulo, usavam desse expediente. Para os donos das indústrias, era um negócio bastante lucrativo, pois deixavam de pagar determinados impostos e ainda às exploravam indiscriminadamente. Uma força de trabalho cuja capacidade de resistência era considerada baixa. Para as mulheres, contudo, era bem mais complicado, já que muitas eram obrigadas a se prostituir para completar o orçamento familiar.

2.1 A inserção das mulheres no mercado de trabalho

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participarem do mundo dos negócios sempre foi muito grande, independentemente da classe social a que pertenciam. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual

ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros impedimentos para ingressar em um campo definido predominantemente pelos homens.

Pagu, Patrícia Galvão, ou ainda Mara Lobo, escritoras feministas e comunistas dos anos trinta do século XX, foi uma das poucas mulheres a descrever, no romance *Parque industrial*, a difícil vida das operárias de seu tempo: as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, os maus-tratos de patrões e, sobretudo, o contínuo assédio sexual. (DEL PRIORE, 2011, p.578).

Segundo as autoras Joana Maria Pedro e Carla Bassanezi Pinsky (2013), foi na passagem para o século XX, que o Brasil começou a mudar, mas lentamente, no que diz respeito às relações familiares, embora as condições das mulheres ainda não acompanhassem tais mudanças. Ainda nessa época, quando nascia uma menina, os pais de famílias de elites e dos setores médios da sociedade, logo começavam a programar qual seria o futuro do bebê.

Essa predestinação social a qual as mulheres encontravam-se limitou e muito o movimento pela ampliação de seus direitos. Apesar de isso começar a mudar com o tempo: enquanto membros das elites políticas e sociais desempenhavam papéis proeminentes no movimento pelo sufrágio feminino da década de 1920, as líderes eram profissionais de classes alta ou média alta, bem educadas e com excelentes contatos, como engenheiras, advogadas, médicas, cientistas, funcionárias públicas de nível mais alta; as professoras de escola primárias e outras profissionais da classe média emergente (como datilógrafas, encadernadoras, tipógrafas e funcionárias públicas de baixo escalão) engrossavam suas fileiras.

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, grande parte do proletariado é constituída por mulheres e crianças. E são vários os artigos da imprensa operária que, assim como o romance de Pagu, denunciam as investidas sexuais de contramestres e patrões sobre as trabalhadoras e que se revoltam contra situações de humilhação a que elas viviam expostas nas fábricas.

Falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal. (DEL PRIORE, 2011, p.579).

Apesar das muitas greves e mobilizações políticas que realizaram contra a exploração do trabalho nos estabelecimentos fabris entre 1890 e 1930, as operárias foram, na maioria das vezes, descritas como “mocinhas infelizes e frágeis”. Afinal, o que sabemos sobre as trabalhadoras dos primórdios da industrialização brasileira? Como foram percebidas pelos contemporâneos? Como interagiram com os diferentes setores da sociedade: como industriais, médicos higienistas, jornalistas e literatos, feministas, anarquistas, socialistas e comunistas, redefinindo sua identidade social, sexual e pessoal, incorporando e recusando as imagens projetadas sobre elas? Como participaram, enfim, da cultura operária, no momento de constituição do mercado de trabalho livre do Brasil? (DEL PRIORE 2011, p.578).

Saffioti (1976, p. 179) destaca que “O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior.”

No que desrespeito ao setor industrial da cidade de São Luís, é importante considerar que o mesmo ocorre na virada do século XIX, quando as mulheres se constituem uma mão de obra neste setor enquanto operária fabril.

A cidade de São Luís na virada do século, com a urbanização e seu surto de industrialização, deu margem a um novo tipo de relação de poder, no qual as mulheres passaram a participar mais ativamente, com novas dimensões para a vida feminina e alterações nos seus papéis sociais. As mulheres trabalhadoras, especialmente as de camadas sociais mais baixas, representavam a contra ordem dos modelos femininos defendidos pelos protestos da moral burguesa. (SILVEIRA, 2010, p. 167).

As mulheres que desenvolviam essas atividades fabris em São Luís eram discriminadas, desvalorizadas, sem reconhecimento econômico e social. Eram vítimas de assédios e de várias doenças.

Em termos de condições físicas, ambientais, e que trabalhavam, por seres fábricas de fiação e tecidos, permaneciam elas com as janelas fechadas, afim de que o vento não quebrasse os fios, decorrendo daí um ambiente quente e abafadiço, que obrigava as operárias a saírem “no tempo”, vez por outra de corpos suados, contribuindo, assim, para que a tuberculose fosse o grande mal das fábricas de acordo com o diagnóstico da doença formulado por muitas delas. Além do mais, o pó ficava em suspensão no ar, entranhando-se pela boca e pela pele causava asma, rouquidões e alergias, de acordo com o que as operárias pensam e dizem. (CORREIA, 2006, p. 213).

Foi somente em 1943 que a legislação brasileira concedeu permissão para a mulher casada trabalhar fora de casa sem “a autorização expressa do marido”. As possibilidades educacionais também aumentaram para as mulheres com reflexos mais ou menos evidentes nas relações familiares. Em 1961, por exemplo, a

Lei de Diretrizes e Bases (LDB) garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio, permitindo que as estudantes de magistério (escola normal) pudessem disputar e acender as vagas no superior. (PINSKY E PEDRO, 2013 p.554-555).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, nos lembra que os direitos das mulheres ocorrem desde o nascimento, sem que sejam consideradas objeto ou propriedade dos homens, do Estado ou de qualquer outra instituição, ou seja, as mulheres têm direito à individualidade, à cidadania e à liberdade de ir e vir. Porém, isso não acontece no cotidiano da maioria delas, sendo estas vítimas de discriminação, tratamento desigual e inferiorizado, sofrendo muitas desvantagens nos relacionamentos sociais.

Em seu estudo Soares e Musumeci (2005), apontam o avanço dos movimentos feministas e a crescente consciência por parte da sociedade sobre questões de gênero, multiplicando-se os estudos que abrangem temas como novas estruturas de família, forma de violência contra mulheres, luta por emprego e salários, luta ecológica e participação na representação partidária, parlamentar, na polícia entre outros.

Segundo Pereira (2009),

A partir da redemocratização do país na década de 1980, o Estado Brasileiro vem vivenciando a ampliação dos espaços de representação e articulação entre governo e sociedade civil. Tanto a diminuição da taxa de fecundidade com o interesse das mulheres pela instrução profissional são fatores vem ocasionando a inserção no mercado de trabalho. (PEREIRA, 2009, p. 21).

2.2 As desigualdades de gênero no mercado de trabalho

Todas as pessoas que frequentarem uma boa escola, fizerem um bom curso, aprimorarem suas aptidões, ao entrar no mercado de trabalho, concorrerão em igualdade de condições. Verdade? Nem sempre. No caso das mulheres e dos negros, as pesquisas historiográficas e sociológicas indicam que não. Não bastam os esforços de qualificação, nem mesmo a entrada no mercado de trabalho: na hora de definir os vencimentos salariais, as diferenças podem ser entre 30% e 40% dos homens contra as das mulheres. Essas desigualdades de gênero são visíveis, por exemplo, quando se comparam o rendimento-hora de homens e mulheres com igual nível de escolaridade.

As autoras Araújo & Celi (2005), apontam em seus estudos as perspectivas interpretativas sobre a questão de gênero foram incorporando outras dimensões para além da dinâmica produtiva da sociedade, onde os novos arranjos familiares e as definições culturais sobre os gêneros se consolidam como elementos condicionantes da distribuição das mulheres na estrutura ocupacional da sociedade, assim como suas chances de desenhar determinadas trajetórias ocupacionais e a desigualdade de renda.

Gama (2015), pontua que a divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores fundamentais:

O princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulheres). Esses princípios encontram-se em todas as sociedades conhecidas, são legitimadas pela ideologia naturalista, mas apresentam imensa variabilidade no tempo e no espaço, como demonstraram fortemente estudos antropológicos e historiográficos. Entretanto, apesar da plasticidade das suas modalidades, como por exemplo, a concepção do trabalho reprodutivo, o lugar das mulheres no trabalho mercantil, há um elemento de estabilidade que é a distância que separa os grupos de sexo. (GAMA, 2015, p. 39).

Uma pesquisa feita pelo IBGE em 2010 intitulada “Como as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho”, diz que aproximadamente 35,5% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho como empregadas com carteira de trabalho assinada, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (43,9%). As mulheres empregadas sem carteira e trabalhando por conta própria correspondiam a 30,9%. Entre os homens este percentual era de 40%. O percentual de mulheres inseridas como empregadores era de 3,6% enquanto na distribuição masculina era 7,0%.

Em outra pesquisa intitulada “o perfil educacional das mulheres no mercado de trabalho”, traz o seguinte resultado: enquanto 61,2% das trabalhadoras tinham 11 anos ou mais de estudo, ou seja, pelo menos o ensino médio completo, para os homens este percentual era de 53,2%. Destaca-se ainda que a parcela de mulheres ocupadas com curso de nível superior completo era de 19,6%, superior ao dos homens, 14,2%. Por outro lado, nos grupos de anos de estudos com menos escolaridade, a participação dos homens era superior ao das mulheres.

Considerando as formas de inserção no mercado de trabalho, observou-se que a categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi a que

apresentou o maior percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudos (92,2%) e com nível superior completo (58,0%). As trabalhadoras domésticas foram as que apresentaram o menor percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo (18,4%). Na comparação por sexo, verificou-se que em todas as categorias apontadas pelo IBGE, à exceção da de trabalhadores domésticos, o percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudo ou com curso superior completo era maior que o dos homens.

Bomeny e Medeiros (2010), em seu estudo questionam: as profissões mais valorizadas são valorizadas porque são exercidas por homens, ou admitem prioritariamente homens porque são valorizadas? As chamadas profissões masculinas e femininas contribuem para a diferença salarial entre elas? Outras ocupações são mais identificadas com os homens: docência universitária, parlamentares no Congresso Nacional, cargos políticos provenientes de eleições, executivos de grandes empresas entre outros, e neles os salários são melhores?

Buscamos a resposta aos questionamentos dos autores acima citados, no estudo de Jéssika Martins Ribeiro em seu artigo publicado no blog “Marcha Mulheres”. Nele a autora relata que:

As brasileiras já são mais da metade da população, estudam mais que os homens, ganham menos trabalhando nas mesmas funções que eles e ocupam os piores postos. Apesar de a cada ano mais mulheres ingressarem no mercado de trabalho brasileiro o patamar do desemprego feminino mantém-se mais elevado que o masculino. Outro indicador que reflete a maior precariedade do emprego feminino é a posição na ocupação: enquanto as mulheres estão concentradas nas posições sem carteira assinada os homens tem um peso relativamente maior nos empregos estáveis com melhores benefícios. Ribeiro. (BLOG MARCHA MULHERES, 2012).

O processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho é orientado pela divisão sexual do trabalho. Esse conceito é central para explicar as dinâmicas específicas das mulheres no mercado de trabalho. Essa divisão posiciona as mulheres nos postos menos prestigiados por elas terem que conciliar vida familiar e vida profissional. Essa conciliação é um dos aspectos relativamente recentes das novas configurações da divisão sexual do trabalho. Chama-se bipolarização do emprego feminino e é resultado dos processos que ocorrem na esfera educacional. Quando as mulheres são mais instruídas e diplomadas que os homens, provoca-se uma concentração delas em determinados postos no mercado de trabalho.

Isso pode ser observado ainda no século XX, onde este foi considerado “o século das mulheres” em razão das transformações aceleradas que impulsionaram ainda mais a profissionalização do sexo feminino. Esta foi uma época de ampliação de direitos e oportunidades de mudanças, tanto na qualidade de vida das mulheres, quanto ao imaginário coletivo.

Entretanto, a verificação do não cumprimento de algumas leis de igualdade entre os sexos, dentro do mercado de trabalho, de modo nenhum significa que não está ocorrendo avanços e conquistas das mulheres. Mas sim, que elas ainda têm pela frente algumas conquistas a serem realizadas dentro desse espaço e que, com o aumento do seu grau de escolaridade bem como o conhecimento sobre seus direitos, tais barreiras poderão ser vencidas gradualmente, sempre levando em consideração que a história da luta das mulheres é feita de avanços e recuos.

Sob a ótica de Cynthia Sarti (1989, p. 12), “trabalhar dentro de uma instituição com características sumariamente ditas masculinas, significava a quebra de muitos estereótipos, conseqüentemente, um benefício direto ou indireto a todas as mulheres que visam igualdade de direitos.”

Nesta breve abordagem da história das mulheres, fica claro que até os dias de hoje elas, dentro do contexto socioeconômico, assim como suas antepassadas, ainda sofrem discriminação de gênero, de etnia, de cultura e ainda nos seus espaços de atuação profissional.

E isto é percebido em diferentes nuances nos mais variados aspectos: salariais, nos postos ocupados e muitas vezes, nos assédios sofridos por elas, sejam de cunho moral ou sexual. Mesmo com o desenvolvimento de leis voltadas para servirem de amparo para elas.

3. AS MULHERES ADENTRAM AS PORTAS DAS POLÍCIAS MILITARES.

A entrada de mulheres nos ambientes de trabalho antes configurados como espaços masculinos ou “lugares de homens”, não ocorreu de forma amistosa, pelo contrário: causou resistência por parte de alguns homens que ali já se encontravam. Mas em algumas áreas podemos considerar que essas resistências foram maiores como no caso da Polícia Militar. Porém, Soares e Musumeci (2005) destacam que:

O ingresso de mulheres nas polícias correspondeu, de um lado, à necessidade de preencher lacunas deixadas por guerras no efetivo masculino e, de outro, à realização de amplas reformas institucionais para enfrentar problemas de corrupção, violência, deterioração da imagem e perda da credibilidade policial. (SOARES E MUSUMECI, 2005, p.15).

O maior empecilho para a ampliação da inserção feminina no operacional não está nas atividades em si, mas naquilo que Bourdieu denomina “formas institucionalizadas de perpetuação”, como a cultura, as práticas sociais, os ritos, os discursos e as estruturas mentais. (BOURDIEU, 2001, p.159).

Neste contexto, Bourdieu (2001) expõe que a dominação masculina se faz presente em todas as sociedades e legitima-se no fato de que todas essas sociedades se constituem de uma perspectiva “androcêntrica”, já que pressupõe e prescreve a dominação do princípio masculino que seria “aquele que age” sobre o princípio feminino “aquele que obedece”. Assim, a dominação masculina é algo simbólico, que caracteriza a banalização de tal dominação dentro da sociedade, exercendo sobre o *corpus* um forte poder, sem haver a necessidade de força física. Deste modo, a dominação é imposta e vivenciada pela presença da violência simbólica, uma violência quase sempre sutil.

De acordo com as colocações de Bourdieu, é possível dizer-se que a dominação simbólica é perceptível na corporação militar, onde o efetivo masculino ainda exerce um forte poder.

Araújo e Mattioli (2004), afirmam que o poder se articula segundo o “campo das forças”, onde homens e mulheres detêm parcelas de poder, dominação e submissão, no entanto, não se pode considerar o fenômeno como estático e universal. É verdade que a intolerância da sociedade somada ao uso da violência masculina contra a mulher, é um dos fatores que contribuem para a limitação da ação feminina na sociedade. Por outro lado, não se pode dizer que a expressão da

violência é um comportamento próprio e restrito ao universo masculino; as mulheres também fazem uso da violência, embora em parcela menor.

Romero (2009), enfatiza que as mulheres estão enredadas na contradição de terem de afirmar e ao mesmo tempo negar a condição de iguais: afirmar para ter acesso aos mesmos benefícios e negar para que suas particularidades sejam respeitadas. A conversão desse dilema em afirmação positiva de igualdade na diferença só poderia obter resultado a partir de uma política institucional existente, como já vimos ou de pressões das próprias mulheres. Mas talvez pela necessidade de não se segregarem, por estarem submetidas à hierarquia militar, ou até por quererem adaptar-se exemplarmente ao rigor da disciplina policial, elas não se organizaram como grupo, como força de pressão e reivindicação.

Romero (2009), pontua que é possível considerar que as organizações e suas culturas podem influenciar, tanto para manter as desigualdades, como para transformar o mundo num lugar mais democrático, no qual homens e mulheres possam se sentir realizados com o trabalho que executam.

Já em 1925, uma policial polonesa afirmava que as mulheres, graças às suas qualidades pessoais, deveriam trazer novos métodos para o trabalho de polícia, que fossem ao mesmo tempo mais sociais e mais humanos. Da mesma forma, no Canadá, na década de 1970, quando as mulheres foram reconduzidas aos departamentos policiais, após longos anos interdição, avaliou-se que sua chegada teria produzido uma imagem mais humana da polícia ou, pelo menos, reflita um esforço nessa direção. (SOARES E MUSUMECI 2005, p.115).

Podemos perceber que em várias pesquisas, as relações de poder e gênero, como afirma Hoffman (1985), são, substancialmente, a relação de “lugares” que compõem a dinâmica das relações entre os “lugares de gênero”; relações de poder entre homens e mulheres.

Em seu artigo *“Mulheres Policiais”: Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG*, as autoras Mônica Carvalho e Marlene Catarina pontuam esta polícia como sendo:

Um espaço organizacional de interação social, pode ser considerada uma espécie de *gueto masculino* no qual se admitiu o ingresso de mulheres há pouco tempo, a inserção de mulheres na organização, principalmente as do oficialato, tem ocorrido, predominantemente, em funções administrativas e de relações públicas tidas como atividades-meio e não atividades-fim da Polícia, percebendo-se maior dificuldade de inserção daquelas policiais que optam por seguir carreira no policiamento operacional. (2010, p. 74).

A Polícia Militar por ser uma instituição com a maioria de um efetivo masculino implica pensar que o gênero masculino é preponderante, do ponto de vista quantitativo, em relação ao gênero feminino. Percebe-se que o policiamento operacional executado pelo feminino passa por algumas limitações de acesso a determinadas funções de comando, o que configura uma segregação vertical.

A conquista profissional da mulher em integrar os quadros militares através de concurso, ainda não lhe garante o devido reconhecimento e respeito. Como as mulheres que acabam de ingressar na corporação passam por uma experiência que lhes exige muito, parte de sua saúde física e psicológica e a sua identidade feminina, acabam sendo comprometidas. Isso tudo é fruto da negligência das instituições militares que:

Mesmo com a redemocratização política do país, o aparelho de segurança pública não passava e não passou até hoje por nenhuma transformação profunda, por nenhuma mudança de paradigma na sua estrutura ou cultura institucional que associasse a incorporação de mulheres a um processo mais amplo de reformas, como verificados em outros países. (SOARES E MUSUMECI 2005, p.16)

Ainda sobre esses aspectos, Soares e Musumeci (2005), assinalam que:

Na Polícia Militar, como em outras instituições, há espaço para variadas formas de interpretações, formas de inserção e estratégias de afirmação- que em certa medida podem divergir do ideário machista predominante. Vale mencionar ainda o número cada vez maior de assassinatos de policiais no Rio de Janeiro, se por um lado tem alimentado a sanha de combate e vingança, por outro vem fornecendo aos próprios homens uma autojustificativa aceitável para adotar estratégias menos “másculas”, como a opção pelos serviços internos, atividades desprestigiadas, porém relativamente protegidas da violência aleatória nas ruas. (2005, p.94)

E continuando este raciocínio, as autoras destacam ainda que o ingresso das mulheres às fileiras militares, deu-se também em função, do “acolhimento de demandas e pressões sociais pela democratização de um campo de trabalho secularmente fechada à participação feminina.” (Ibid, p.15)

Diante destas constatações é possível questionar-se: O que levou as mulheres a lutarem para adentrarem as portas das policiais militares do Brasil? A presença feminina vai trazer humanização para a instituição policial militar? Que mudanças é possível de imaginar-se quando do ingresso das mulheres nas fileiras das policias militares? Como ocorreu o aproveitamento das militares no espaço policial?

Muitos aspectos estão ligados à respostas a estes questionamentos, o que será o objeto do último tópico deste capítulo. No entanto, no estudo de Bourdieu ele deixa claro alguns destes fatores.

A dominação masculina está inscrita na divisão entre os sexos que aparece naturalizada e incorporada pelas mulheres. A recriação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina deve-se à ação exercida pelas instituições responsáveis por essa permanência: Igreja, Estado, Escola, Mídia e outras. Existe uma somatização das relações sociais de dominação resultante de um trabalho coletivo de socialização difusa, sendo que, neste caso, são as diferenças sociais que explicam as diferenças biológicas. (BOURDIEU, 1999. p.159).

3.1 A História da Polícia Militar do Maranhão

Antes de falar sobre a presença das mulheres na Polícia Militar do Maranhão, considera-se pertinente conhecer um pouco da história dessa instituição.

A criação das atuais policias militares no Brasil ocorre no contexto jurídico-político derivado da Regência, inicialmente com a criação do corpo de Guardas Municipais, instituídas pela Lei de 15 de outubro de 1831, que estipulou a organização desse corpo policial na corte e nas demais províncias do império. Sua função era manter a tranquilidade publica e auxiliar a justiça. (PEREIRA, 2009, P. 28).

Silva et al. (2006), nos diz em seu livro “Polícia Militar do Maranhão: apontamentos para a sua história”, que a evolução militar da Colônia surge com o descobrimento, pois a partir desse momento, os portugueses tiveram que se organizar militarmente para assegurar a posse do Brasil contra investidas estrangeiras e, depois, contra insurgência da própria gente da terra.

Conforme Silva et al. (2006), foi a partir do regimento de 1548 veio a semente do serviço militar,

mediante normas que estabeleciam o recrutamento, assim como, a hierarquia das armas. Os que não estavam escritos foram constituindo aos poucos, por meios de seleção pertinentes aos conceitos da época. Dessa forma as forças encarregadas da defesa da Colônia se organizaram em três tipos: as tropas de linha, as milícias e os corpos de ordenanças. As primeiras eram formadas por soldados regulares e profissionais, geralmente portugueses cujos regimentos traziam o nome dos locais onde haviam sido recrutados, como: Bragança, Moura, Extremoz, por exemplo. (SILVA et al., 2006, p. 21).

Faria (2009), em seu estudo enfatiza que:

Visitando os *sites* das Polícias Militares (PMs) dos estados que àquela época, eram as províncias do Império do Brasil, pode-se ver que todos estavam dotados de corporações policiais, nos anos seguintes ao Ato Adicional de 1834. Exercendo a autonomia que lhes fora concedida, criaram variados aparatos de policiamento preventivo, mas, via de regra, um deles teve caráter mais abrangente, pois se destinava a atuar em toda a província. (FARIA, 2009, p.59).

Dados contemplados no estudo de Faria (2009) e Pereira (2009), destacam que a Polícia Militar do Maranhão foi criada através da Lei Provincial nº 21 de 17/06/1836, criando o Corpo de Polícia da Província do Maranhão (CPPM); constituída por um Estado-Maior e quatro Companhias de Infantaria, totalizando quatrocentos e doze (412) policiais, sendo o seu efetivo composto por Major (Comandante), Alferes (Ajudante), Sargento (secretário) e Sargento (quartel-mestre).

Conforme Sá (Apud SILVA, 2008, p. 20)

[...] o verdadeiro marco da criação da atual Polícia Militar do Maranhão foi a lei provincial nº. 21, 17 jun. 1836 e no decorrer de todo o século XIX e início do Século XX recebeu varias denominações, tais com: 'Corpo de infantaria', 'Corpo Militar do Estado', 'Batalhão Policial do Estado', 'Força Militar Policial Militar do Estado', ' Brigado Auxiliar do Norte', e finalmente conforme previsão constitucional, a partir de 1951 passou a chamar-se 'Polícia Militar do Estado'.

É interessante perceber as colocações de Silva (2008) no tocante ao funcionamento desta instituição,

No que tange ao funcionamento da instituição, um dado importante a ser frisado a cerca de suas instancias administrativas e configuração do seu efetivo militar é que estas se estruturaram a partir de princípios hierárquicos e disciplinares apropriados do Regimento Disciplinar do Exército (RDE), desde a constituição do Corpo de Polícia do Maranhão (CPM), em 1836, o qual herdou das Guardas Municipais de São Luís não só o modelo da farda, como também praças e seu primeiro comandante, capitão Feliciano Antônio Falcão. (SILVA, 2008, p. 20).

Com a criação do Corpo de Polícia da Província do Maranhão, o quartel da Força Pública fora instalado no Campo de Ourique, hoje Praça Deodoro, tendo em vista que todos os documentos assinados pelo Comandante Capitão e, posteriormente, pelo Major Feliciano Antônio Falcão eram timbrados com as seguintes palavras "Quartel do Campo de Ourique". (SILVA et al., 2006, p.137-138)

A interiorização começou a partir de 1841, com a Lei nº 110, de 28 de agosto, que criou o "Corpo de Guardas Campestres"; seguida da Lei nº 872, de 05

de abril de 1920, que fixou o efetivo de duzentos e cinquenta (250) policiais para o sertão maranhense.

A instituição ao longo de cento e quinze (115) anos recebeu várias denominações, tais como, "Corpo de Segurança Pública", "Corpo de Infantaria", "Corpo Militar do Estado", "Batalhão Policial do Estado", "Força Policial Militar do Estado", "Brigada Auxiliar do Norte" e "Polícia Militar do Estado", em 1951.

A primeira turma de oficiais PM, com Curso de Formação de Oficiais (CFO), formou-se em 1966, na Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; daí em diante as formações dos oficiais ocorreram em outras Academias de diferentes Estados, tais como: Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Pará e Goiás.

Entretanto, a partir de 1966, com a Lei nº 2704, de 12 de outubro, além da criação da Companhia Escola, foram criados ainda, dois (02) Batalhões de Polícia (BPM): o 1º BPM e o 2º BPM, responsáveis respectivamente pelo policiamento da capital e do interior do Estado.

Figura 1 e 2: Antigo Quartel do Comando Geral (Convento das Mercês)



Fonte: Arquivo Geral da PMMA, 1970



Fonte: Arquivo Geral da PMMA, 1970

O pavilhão do Comando do 1º BPMMA foi inaugurado em 13 de março de 1975, na gestão do então Governador Pedro Neiva da Santana, tendo como Comandante Geral, o Tenente Coronel do Exército do Brasileiro Carlos Alberto Salim Dualibe, contando então, com a construção do prédio principal, rancho, garagem, almoxarifado e atualmente, com área médica.

Em 20 de Maio de 1980, no governo de João Castelo, tendo como Comandante Geral o Coronel do Exército Floriano Barbosa de Amorim, o Quartel fora transferido da Rua da Palma, atual Convento das Mercês, para o Quartel do 1º BPM situado no bairro do Calhau,

Imagem 03: Atual quartel do comando General da PMMA



Fonte: Arquivo Geral da PMMA.

Com a criação da Academia de Polícia Militar do Maranhão, através da Lei nº 5.657, de 1993, passaram a formar oficiais, tendo a primeira turma 29 (vinte e nove) Aspirante a Oficial PM, declarada (promovidos) no dia 22/12/1995.

Através da referida lei, fora criada ainda, em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Curso de Formação de Oficiais (CFO) cuja finalidade é formar, aperfeiçoar e especializar os Oficiais integrantes da PM, para o exercício das atividades de preservação da Ordem e da Segurança Pública, resultando em uma experiência inédita para a Instituição e para as demais Polícias Militares do Brasil, visto que a PM maranhense fora a primeira do Brasil, a formar os seus Oficiais em parceria com uma Universidade Pública, experiência que serviu de modelo para as demais coirmãs, a exemplo da Polícia Militar do Piauí. (SILVA et al., 2006, p.138-140).

A Polícia Militar do Maranhão está presente em todos os 217 municípios maranhenses, atualmente é comandada pelo Cel. QOPM José Frederico Gomes Pereira, que conduz a Corporação no cumprimento das suas missões constitucionais. Para tanto possui três grandes Comandos de Policiamento de Área Metropolitana (CPAM-1, CPAM-2 e CPAM-3); um Comando de Segurança Comunitária (CSC); um Comando de Policiamento Especializado (CPE), localizados na capital e Região Metropolitana de São Luís.

No interior do Estado a Polícia Militar conta com oito Grandes Comandos de Policiamento de Área (CPA/I-1, CPA/I-2, CPA/I-3, CPA/I-4, CPA/I-5, CPA/I-6, CPA/I-7 e CPA/I-8), distribuídos entre Batalhões, Companhias Independentes e Destacamentos Policiais, executando as mais diversas modalidades de policiamento (motorizado, montado, de mananciais, aéreo, a pé e de bicicleta). A Polícia Militar possui, também, em seus quadros administrativos, as Diretorias e Seções, que dão o suporte na logística e no assessoramento para a atividade fim e no processo decisório.

3.2 As mulheres chegam às trincheiras da Polícia Militar do Maranhão

A luta da mulher na polícia militar existe há muito tempo. A problemática sobre sua inserção nos espaços militares e os entraves por elas vividos, até hoje é objeto de muita discussão. O tratamento desigual, as situações de constrangimento, entre outros aspectos, como a função que desempenha sendo diferente daquela para qual prestou concurso, também corroboram para que estas discussões continuem em voga.

A mulher, por ser engajada igual ao homem e ter se submetido às mesmas condições no concurso da polícia militar, busca uma posição igualitária nas instituições militares e procura receber o verdadeiro reconhecimento no âmbito das funções às quais desempenha. Outro problema é a questão do efetivo, pois o número de homens é sempre maior que o número de mulheres. Por quê? No que tange às patentes e graduações, ocorre o mesmo, pois as maiores patentes e graduações são, em sua maioria, destinadas aos homens.

Em 1959, foi regulamentado o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Esse momento é bastante representativo pois, a partir dali, é que a década seguinte iniciaria com profundas transformações no que diz respeito a atuação feminina.

Dentro deste contexto de lutas e mudanças sociais resultantes da chamada segunda onda feminista no Brasil, a partir da década de sessenta do século passado, encontra-se a participação da mulher na força policial, uma conquista que vai além da atuação profissional, pois sua inserção nesse meio, tradicionalmente considerado território ou espaços masculinos, aponta para a possibilidade de transformações na visão dos papéis femininos e masculinos.

É importante observarmos o papel da mulher nos espaços militares, porém, com todos os avanços decorrentes desse ingresso na polícia, sua presença dentro dessas corporações precisa ser melhor valorizada pelo contingente masculino. Entretanto, são inúmeros os exemplos de superação e os feitos que cada uma das mulheres, engajadas na luta por direitos, deixaram para a sociedade ao longo do tempo.

O ingresso das mulheres na PMMA se deu a partir da década de 1980, mais precisamente no ano de 1982, semelhante o que ocorreu em outros estados da federação, o que de certa forma representou naquele momento uma grande conquista para elas, pois estas estavam prestes a entrar em contato com um mundo predominantemente masculino.

Na década de 80, por intermédio de um concurso público, a polícia militar do Maranhão recebeu em seus quadros uma nova equipe de policiais para integração da força de trabalho. O diferencial é que essa equipe não foi composta só por homens, mas também por mulheres. Era a primeira vez que legalmente mulheres fariam parte da instituição como policiais. (PEREIRA, 2009, p. 37).

A Polícia Militar Feminina do Estado do Maranhão foi criada na Gestão do então governador do Estado João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979-1982), no dia 21 de abril de 1982 tendo como comandante geral da Polícia Militar o Ten. cel. do Exército Brasileiro Floriano Amorim que era comissionado ao Posto de Coronel QOPM (01/05/1979-01/03/1983), criada com a finalidade básica de orientar, proteger e informar a população, especialmente as crianças, mulheres e idosos na execução do policiamento ostensivo em diversas partes da capital e foram empregadas nas repartições públicas do estado.

Em 21 de abril de 1982, foram oferecidas quarenta e seis vagas para o curso de formação de soldados femininas, oito vagas para o curso de formação de sargentos e três vagas para o curso de formação de oficiais. A escolaridade exigida para oficiais era possuir o curso superior, para o cargo de sargentos nível médio, antigo segundo grau.

No dia de 25 de julho de 1983 o então governador Luis Alves Coelho Rocha nomeou as três primeiras policiais ao posto de 2º tenente PM feminina, após concluírem com aproveitamento na Polícia Militar do Estado de São Paulo: Inalda

Pereira da Silva, Hildenê de Jesus Praseres Bastos e Maria do Rosário Sousa de Araújo.

Com a criação da Companhia Feminina no dia 23 de outubro de 1985 que era subordinada ao Batalhão de Polícia de Transito (BPTRAN), até ser transformada no dia 15 de janeiro de 1987 em Companhia de Polícia Feminina Independente (CPFEM Ind).

Posteriormente algumas praças femininas cursaram Academia de Polícia Militar em outros Estados, onde podemos destacar: a Ten. Cel QOPM Edilene Soares da Silva, a Ten. Cel. RR Francisca Teresa Machado de Queiroz na Academia de Polícia Militar de Paudalho, no Estado de Pernambuco, ambas declaradas Aspirantes Oficiais PM Fem no ano de 1992, a 1º Ten PM RR Maria do Espírito Santo, declarada Aspirante Oficial PM Fem. no ano de 1993, a Ten. Cel RR Cornélia Oliveira Costa e a recém promovida Cel. QOPM Maria Augusta de Andrade Ribeiro, na Academia de Polícia Militar Dom João VI no Estado do Rio de Janeiro, ambas declaradas Aspirantes Oficiais PM Fem no ano de 1994.

No ano de 1995 a Academia de Polícia Militar do Maranhão, através do Concurso do Vestibular da Universidade Estadual do Maranhão, decide oferecer quatro vagas para mulheres para o Curso de Formação de Oficiais PM Fem para o preenchimento de vagas para o Quadro de Oficiais Policiais Militares Feminino - QOPM-FEM, da Polícia Militar do Maranhão.

No ano de 1996 a Ten. Cel. QOPM Inalda Pereira da Silva foi à primeira mulher da instituição que fez parte da missão de paz em Angola.

A quinta turma de Oficiais PM da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias - APMGD no ano 1997, foram as Aspirantes a Oficiais PM Fem: Virginia Lemos da Silva, Claridelma Barros Brasil, Márcia Cristina Machado e Ana Paula Fróes Barros que atualmente são oficiais superiores nos postos de majores QOPM, com exceção da Capitã RR Márcia que encontra-se na reserva remunerada devido a problemas de saúde.

O ingresso para o Curso de Formação de Oficiais da PMMA e CBMMA é regido pelo edital da Universidade Estadual do Maranhão com dois anexos, sendo que o do Corpo de Bombeiros Militares do Maranhão a concorrência é livre, mas o da Polícia Militar do Estado do Maranhão estabelece um percentual de 10% das vagas para as mulheres.

Percebe-se que nos dias atuais as ditas transformações são quase que imperceptíveis, para as policiais militares femininas que ainda são tratadas com grandes diferenças dentro do contexto da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), devido às questões sociais tais como: percentual de 10% que é destinado ao seu ingresso através do concurso público, na instituição, criado pela lei nº 7.688 de 15 de novembro de 2001. Conforme tornou público o Diário Oficial do Estado do Maranhão (DOEMA), datado de 24 de Outubro de 2001:

Art. 1º. Fica unificado ao Quadro de Oficiais Policiais Militares - QOPM, o Quadro de Oficiais Policiais Militares Feminino - QOPM-FEM, da Polícia Militar do Maranhão.

Art. 2º. Fica unificado ao Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPMG/1-0, o Quadro de Praças Policiais Militares Feminino - QPMG-3, da Polícia Militar do Maranhão.

Art. 3º. O efetivo fixado para os policiais militares feminino será de 10% (dez por cento) do QOPM e 10% (dez por cento) do QPMG/1-0.

Art. 5º. Revogado.

Artigo 5º revogado pela Lei nº 7.856 de 31.01.2003

No ano de 2004 a Ten. Cel. QOPM Inalda Pereira da Silva é promovida ao posto de Coronel (a) PM, sendo a primeira mulher da Corporação a chegar ao ápice da carreira policial militar, durante seus 30 anos de serviços prestados e a ocupar várias funções de destaque dentro e fora da Instituição Policial Militar como: 1ª Comandante da Companhia de Polícia Militar Feminina Independente, Comandante do Policiamento do Interior, Comandante da 5ª seção do EMG (relações Pública da PMMA), Corregedora Adjunta da PMMA e Diretora de Pessoal da Polícia Militar do Maranhão a Cel. QOPM Inalda no ano de 2012, decidiu solicitar junto ao Comandante Geral da PMMA Franklin Pacheco Silva sua transferência para reserva remunerada.

De acordo com o site G1 Maranhão do ano de 2015 postou em sua página uma pesquisa do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) à qual falava que o Maranhão é o 3º estado com o menor número de policiais militares mulheres em relação ao total efetivo, de acordo com a pesquisa “O perfil dos estados e municípios brasileiros 2014”. A pesquisa mostra ainda que o estado maranhense possui um total de 7709 policiais, destes 7263 são homens e apenas 446 são mulheres. O que resulta no percentual de 5,78% de participação feminina na corporação.

Mesmo, após a sua formação profissional a mulher continua a não ser reconhecida na carreira, no tocante a ascensão funcional em relação aos homens da

instituição Policial Militar do Estado do Maranhão. Os desafios que estas mulheres encontraram pelo caminho foram muitos e bastantes significativos, a começar pela dificuldade que a própria instituição tinha para absorver a ideia das mulheres serem inseridas na corporação.

Durante aproximadamente duas décadas as policiais militares do Maranhão foram impedidas em sua ascensão funcional devido a uma legislação interna esdrúxula que as impediam quanto ao seu reconhecimento profissional mediante seus pares nas promoções subsequentes dentro da instituição militar.

A inserção de mulheres na organização, principalmente as do oficialato, tem ocorrido, predominantemente, em funções administrativas e de relações públicas tidas como atividade-meio e não atividades-fim da Polícia, percebendo-se maior dificuldade de inserção daquelas policiais que optam por seguir carreira no policiamento operacional.

E, percebe-se também uma ação da Polícia Militar no sentido de mudar sua percepção por parte do público, passando de uma organização com a imagem marcada pela agressividade e repressão para outra que se coloca a serviço da comunidade, com um caráter mais preventivo e educativo.

3.2.1 As Policiais do Complexo Militar do Calhau: o que dizem em suas falas

Neste tópico busca-se responder aos questionamentos feitos na página a partir das falas das policiais militares do Complexo Militar do Calhau. Faremos as transcrições das respostas dos questionários, que serão tabulados em gráficos para as análises pertinentes com as contribuições de autores que deram suporte à pesquisa. No processo de análise, a intenção é perceber não somente o que foi explícito, mas o que está subentendido nas entrelinhas do texto.

Foi elaborado um questionário de seis questões que foi respondido por mulheres da policia de diferentes patentes e graduações. A primeira questão é: Sua inserção na Polícia Militar do Maranhão foi fácil? E quanto à concorrência, foi igual?

Soldado LCG “Não foi nada fácil, a concorrência não foi nenhum pingo igual, pois ao meu ver, somente 10% das vagas foram destinadas a classe feminina, a probabilidade de ser logo chamada para exercer o cargo é muito complexa.”

Sargento JRSP “Não, quanto a inserção ou inclusão as medidas são legais para todos, porém quanto a concorrência é totalmente desigual, apenas 10% do efetivo para 500 homens, 47 mulheres”

Cabo TJN “Sim, Na época do concurso as vagas eram divididas por gênero.”

2º Sargento SR “Não, com certeza a concorrência foi muito grande, na época foram 1060 homens para 41 mulheres.”

Capitã NBS “Não, eram apenas 5 vagas quando eu entrei na Instituição para mulheres e 30 para os homens.”

3º Sargento ASM “: Não, porque a concorrência foi muito grande e depois da aprovação teve os exames médicos, físicos e psicológicos que me deixaram muito ansiosa. Ao meu ver a concorrência foi igual.”

A Capitã LOL, diz que sim: “No vestibular a concorrência estava quase a mesma para masculino e feminino.”

A Tenente Coronel ESS, responde sim dizendo : “Quando entrei na PM o concurso foi só para mulheres.”

A Sargento JRSP relata: “Não, Quanto a inserção ou inclusão às medidas são legais para todos, porém quanto a concorrência é totalmente desigual apenas 10% do efetivo, p/500 homens e 47 mulheres.”

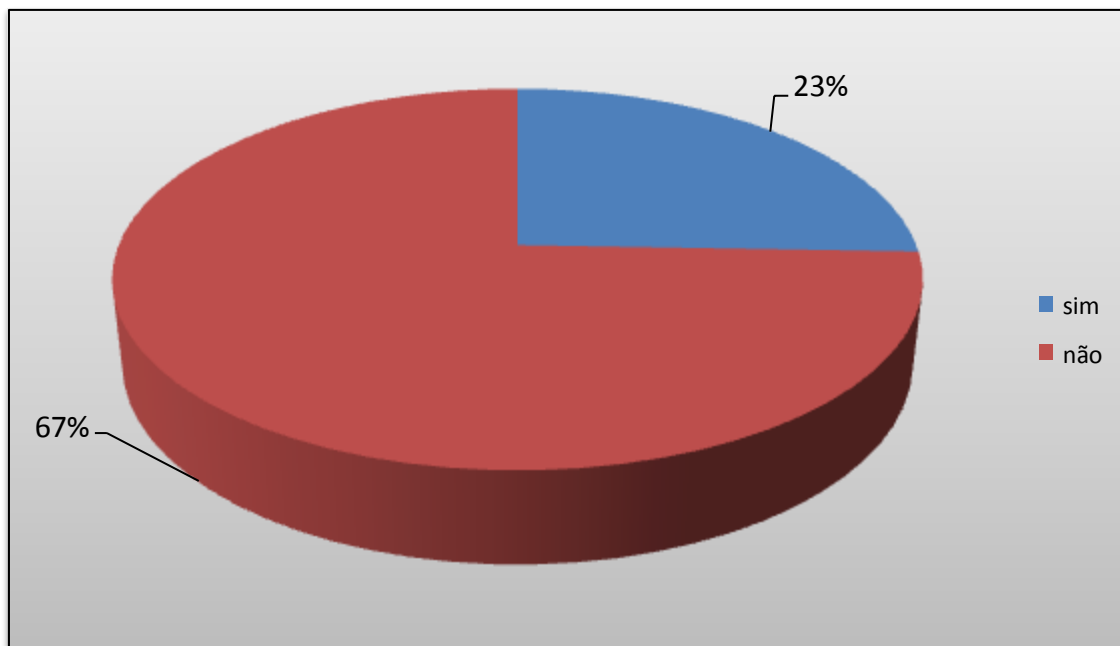
Já a soldado JMR, nos diz: “Não, a quantidade de vagas oferecida para as mulheres é bem pequena, causando o aumento da concorrência”.

A 2º Sargento VS que entrou em 1994: “Não, a inserção não foi fácil, concorrência alta e para as mulheres apenas 10% das vagas.”

A Policial Militar LFCC, não colocou a patente, mas diz: “Não, não foi fácil, passei por várias etapas e só consegui ser convocada 4 anos após o concurso.”

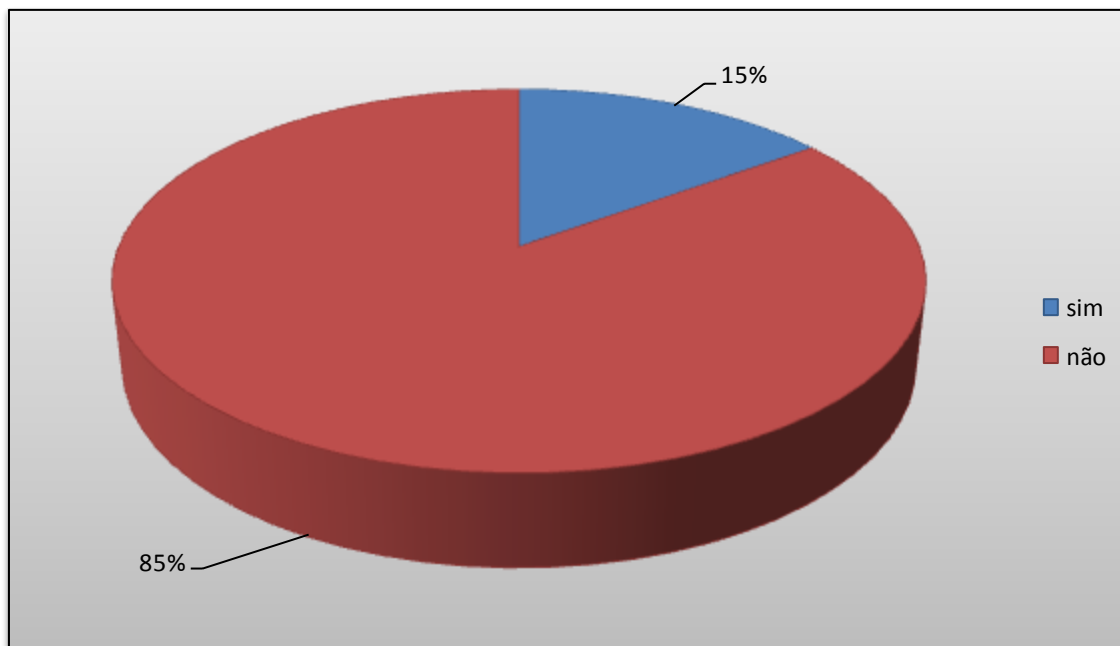
Capitã FSSA com entrada no ano de 2002, “Não, a concorrência foi grande para o vestibular da UEMA, sendo que para o sexo feminino o percentual era apenas de 10%, sendo ofertado somente 5 vagas.”

Gráfico 01: Sua inserção na Polícia Militar do Maranhão foi fácil?



Fonte: O autor, 2017.

Gráfico 02: E quanto à concorrência, foi igual?



Fonte: O autor, 2017.

De acordo com as informações acima, acerca da inserção e da concorrência para adentrar as fileiras policiais, fica evidenciado que das treze policiais inqueridas, dez afirmaram que a inserção não foi fácil, o que corresponde a 67%, enquanto três pontuam que a inserção foi fácil, o que corresponde a 23%.

No tocante a concorrência as mesmas policiais divergem, pois das treze, onze responderam que a concorrência é desigual e duas disseram que não. Pelas respostas da maioria, tanto no tocante da inserção quanto a concorrência fica evidenciado, pelos dados dos gráficos que às policiais femininas destina-se um número de vagas inferior ao que é oferecido para o contingente masculino o que denota que a legislação militar interna prioriza a entrada do gênero masculino em seus quadros. Portanto, os dados obtidos são reveladores de uma postura tendenciosa, ferindo o que está contemplado na Constituição de 1988 no tocante ao princípio da igualdade.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Sendo assim acredita-se na necessidade da revisão dessa legislação militar para que haja uma paridade de respeito gêneros aumentado o quantitativo de 10% para genero femino para pelo menos 20%, o que não aende ao exigido pela constituição, mas ficar menor o distânciamento quantitativo entre homens e mulheres.

O segundo questionamento remete ao que concerne ao trabalho desenvolvido na instituição: você se sente inserida e apta a desenvolver seu trabalho nos postos e graduações da instituição ou somente àqueles “que as mulheres têm condições de exercitarem”?

A 1ª Tenente BAM: “Sim, eu particularmente, nunca tive problemas em termos de assumir qualquer trabalho ou função que me foi determinado. Meus comandantes nunca fizeram essa distinção de “trabalho de mulher” e “trabalho do homem”.

A policial militar SMF não identificou sua patente: “Sim, sinto-me absolutamente capaz de desenvolver qualquer função dentro da Polícia Militar.”

2º Sargento FMC: “Não, me sinto habilitada pra toda e qualquer trabalho desenvolvido pela instituição.

TCV, não colocou patente: “Sim, me senti muito bem acolhida.”

GCM: “Não, além de poder desenvolver aquilo que “acham” que podemos, desenvolvo dentro de minhas possibilidades o serviço de administrativo financeiro.”

Capitã JC: “Sim, independente das peculiaridades inerentes ao organismo feminino, o treinamento e formação policial militar é só um

para todos. Então a policial também se prepara da mesma forma para a prática policial.”

3º Sargento ASN: “Não, eu acho a instituição machista, as mulheres são muito discriminadas ao desenvolver a atividade fim da corporação. Quanto à policial graduada é pior, pois a discriminação chega a partir até do seu subordinado masculino.”

Capitã NBS: “Não, não me sinto inserida, apesar de saber que tenho preparo técnico para outros cargos.”

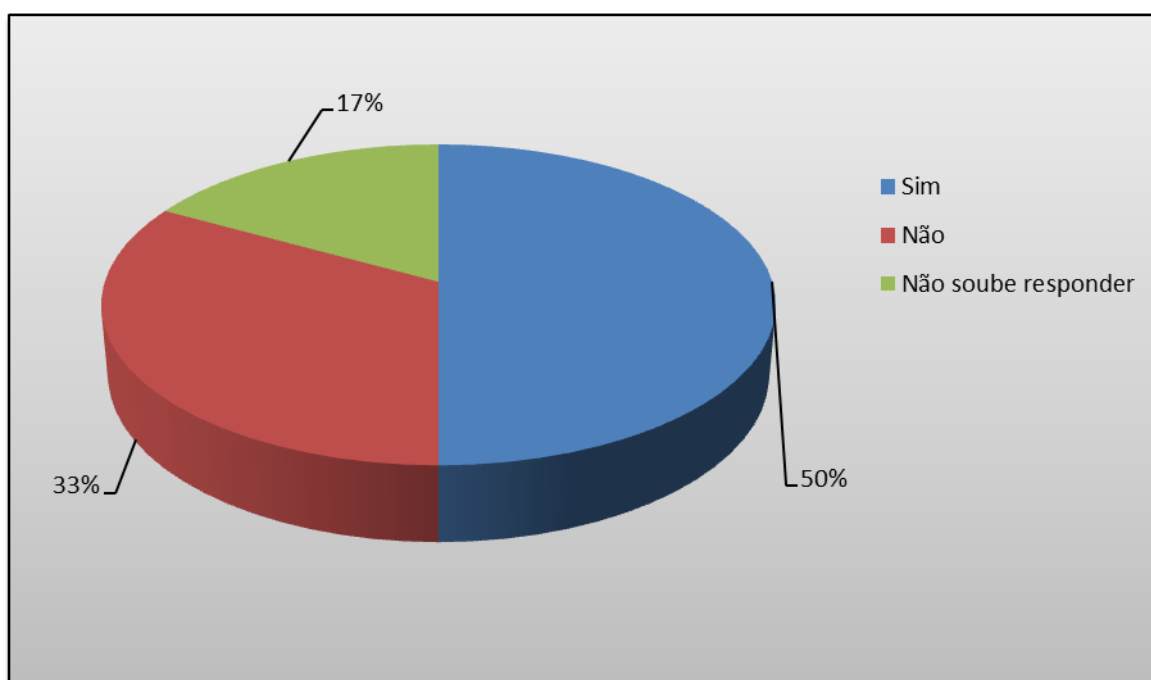
DR, não informou patente: “Não, de fato ainda existem atividades e funções atribuídas essencialmente aos homens.”

Jf, sem informação de patente: “ Não diversas vezes o feminino é impedido de realizar trabalhos afim de beneficiar e priorizar os policiais masculinos.”

Cadete IRSM: “Sim, acredito que a mulher pode se inserir e desenvolver um bom trabalho onde quer que ela queira esforçando-se e empenhando-se.”

TMF não identificou patente: “ Sim as mulheres da PMMA desenvolvem trabalhos de acordo com suas aptidões dentro da instituição.”

Gráfico 03: você se sente inserida e apta a desenvolver seu trabalho nos postos e graduações da instituição ou somente àqueles “que as mulheres têm condições de exercitarem”?



Fonte: O autor, 2017.

Dos 12 questionários respondidos seis militares responderam sim e 4 não e duas não se manifestaram de forma clara. O gráfico expressa que de um total de 100% das que responderam, 50% disse que sim, 33% disse não e 17% não deixou clara sua resposta.

Embora a maioria tenha respondido sim, percebe-se na fala da maioria que às policiais feminas ainda não são confiadas todas as atividades condizentes com as funções que devem desempenhar, isto nos remete ao que pontuam as autoras Soares e Musameci (2005, p. 95)

o espaço que se reservou originalmente às mulheres em grande parte dos estados foi o do desempenho de funções condizentes com a imagem social tradicional do papel feminino, ao abrigo de riscos maiores e longe das atividades associadas a “guerra”: cuidar de idosos e crianças; revistar mulheres; patrulhar aeroportos e rodoviárias; atuar em serviços de relações públicas e, quando muito, apoiar o policiamento masculino em grandes eventos como jogos, festivais etc.

Portanto fica evidenciado que ainda, mesmo que de forma sutil, uma prática preconceituosa e discriminatória em relação ao potencial laboral da policial militar feminina no que concerne ao trabalho desenvolvido na instituição, e que essa prática torna mais difícil a convivência destas policiais face a democracia e o cumprimento dos direitos individuais do cidadão.

A terceira pergunta remete em: Para você as políticas da instituição favorecem ou desfavorecem às policiais militares?

TMF, não citou a patente: “Favorecem, as políticas da instituição são em prol dos policiais militares, independente de gênero.”

Soldado ASS: “Não consigo perceber na PMMA políticas relacionadas especificamente para o público feminino.”

Soldado SS: “ Desfavorecem, não necessariamente “desfavorecer”, mas há uma diferença na forma que olham as mulheres e consequentemente na maneira de serem tratadas.”

1ª Tenente BAS: “Desfavorecem, mesmo não acontecendo comigo, percebo um tratamento diferenciado em termos de não disponibilizar tal serviço para a PM feminino por ela, supostamente, não dar conta, deixam-nas somente em trabalho administrativo, além de assédios e afins.”

Capitã FSSA: “A PMMA, não têm políticas voltadas para mulheres, dessa forma as políticas existentes não favorecem e nem desfavorecem as mulheres.”

Capitã EASC: “Desfavorecem, apesar de não sofrer discriminação, já ajudei muitas policiais que foram vítimas, e infelizmente na

corporação não há um procedimento que combata assédio, diferença de gêneros e afins.”

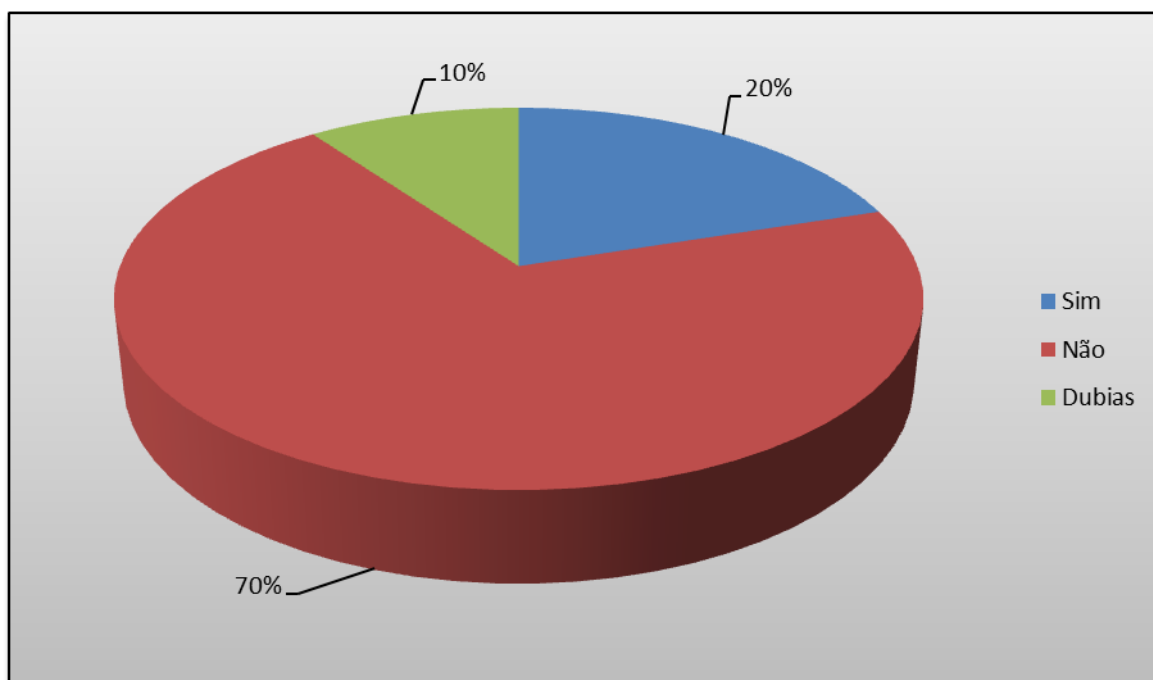
2º Sargento VS: “Favorecem, pois não restringe a mulher no trabalho policial, podendo exercer todas as funções.”

Soldado NPC: “O pouco tempo em que estou na instituição, ainda não tenho uma opinião formada, mas percebo que para favorecer depende do comando.”

Soldado RSL: “Desfavorecem, por se tratar de uma instituição constituída basicamente por homens, as políticas institucionais geralmente é voltada para esse público.”

DR não identificou a patente: “Desfavorecem, basta observar a proporção sexo e promoção, e verificar o quanto é desigual o reconhecimento, ainda que seamos antigas, muitos novatos passam na nossa frente, por isso dificilmente uma mulher atinge o posto de Oficial superior e muito menos de Coronel.”

Gráfico 04: Para você as políticas da instituição favorecem ou desfavorecem às policiais militares?



Fonte: O autor, 2017.

Os dados do gráfico são reveladores das políticas da instituição, pois fica evidenciado nas falas 7 policiais que estas políticas não favorecem o que corresponde a 70%, enquanto que somente uma pontua que estas políticas são favoráveis e duas, o que corresponde a 20%, deixam dúvidas nas suas colocações.

Na fala da maioria é perceptível o descontentamento com a política da instituição, uma vez que elas são enfáticas em pontuar privilégios mais para os homens do que para as mulheres, conforme a legislação, que volta-se mais para o atendimento do gênero masculino.

Outro questionamento foi: Na sua concepção a população vê a policial feminina da mesma forma que o policial masculino?

RCDR: “Sim, ambos são capazes de realizar as mesmas funções.”

JPSA: “Não, a população vê a feminina como mais frágil, fraca, no entanto, mais sensível e com melhores tratamentos educacionais e cortesia.”

CC: “Sim, se a policial exercer o seu trabalho com esmero, competência e dedicação não há porque haver olhares diferentes em relação à PM feminina.”

Soldado JMR: “Não, a população vê a policial como mais frágil, as vezes até como incapaz.”

2º Sargento SR: “Não, acham que não temos força nem capacidade para resolver os diversos problemas que aparecem.”

Sargento JRSP: “Não, só que aos poucos essa realidade está mudando, a sociedade precisa amadurecer, observar mais os critérios da lei (autoridade), observar a coisa como realmente é, dá a César o que é de César e a Cristo o que é de Cristo.”

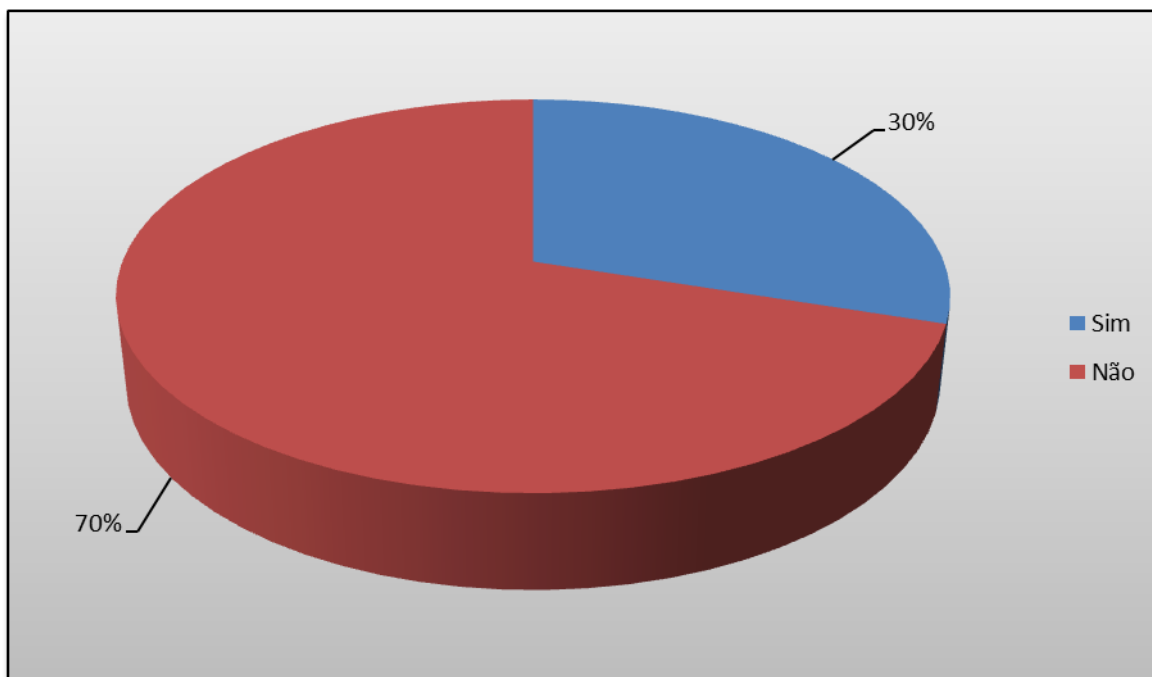
Capitã NBS: “Não, acredito que a cobrança é sempre maior, e existem criminosos que normalmente escolhem a mulher na guarnição para agredir.”

Cabo TJN: “Não, já ouvi comentários durante o serviço, que menosprezam a policial militar.”

TMF: “Sim, somos todos policiais militares, independente de gênero.”

Capitã JC: “Não, porque a visão, no geral, da sociedade civil em relação atividade policial militar é o de que a mesma é inusitada para a mulher. Ainda percebe-se um olhar de admiração mais do que aceitação para a competência dela para tal atividade.”

Grafico 05: Na sua concepção a população vê a policial feminina da mesma forma que o policial masculino?



Fonte: O autor, 2017.

Na correlação das respostas, sete disseram não o que correspondendo a 70% e três disseram sim o que correspondendo a 30%.

Pelas respostas das policiais é possível deduzir-se que elas próprias ainda não se setem aceitas pela sociedade como deveriam no que desrespeito ao desempenho de suas funções.

É possível que está postura da população tem haver com o que pontuam Soares e Musumece (2005, p. 88) “[...] o que se privilegia na identidade policial militar são sobre tudo as virtudes “masculas” e “guerreiras”: “bravura”, “heroismo”, “força física”, “aptidão para o risco” – virtudes de que mulheres estariam, por hipótese, desprovidas.”

O quinto questionamento versa sobre: Você se sente discriminada pelos colegas de profissão?

JF: “Sim, sempre julgam o feminino inferior e incapaz.”

Capitã JC: Não, esse posicionamento e seguridade depende da mente e postura de cada um.”

TMF: “Não”

SOLDADO PA: “Não, na verdade, há um cuidado dos colegas de profissão com as policiais femininas.”

MAR: “Não”

TENENTE CORONEL ESS: “Não, sinto-me discriminada pelo sistema.”

CADETE IRSM: “Não, temos em momentos, pontos e perspectivas diferentes, mas isso é normal no relacionamento entre seres humanos.”

3º SARGENTO ASN : “Sim, dos comandantes aos subordinados.”

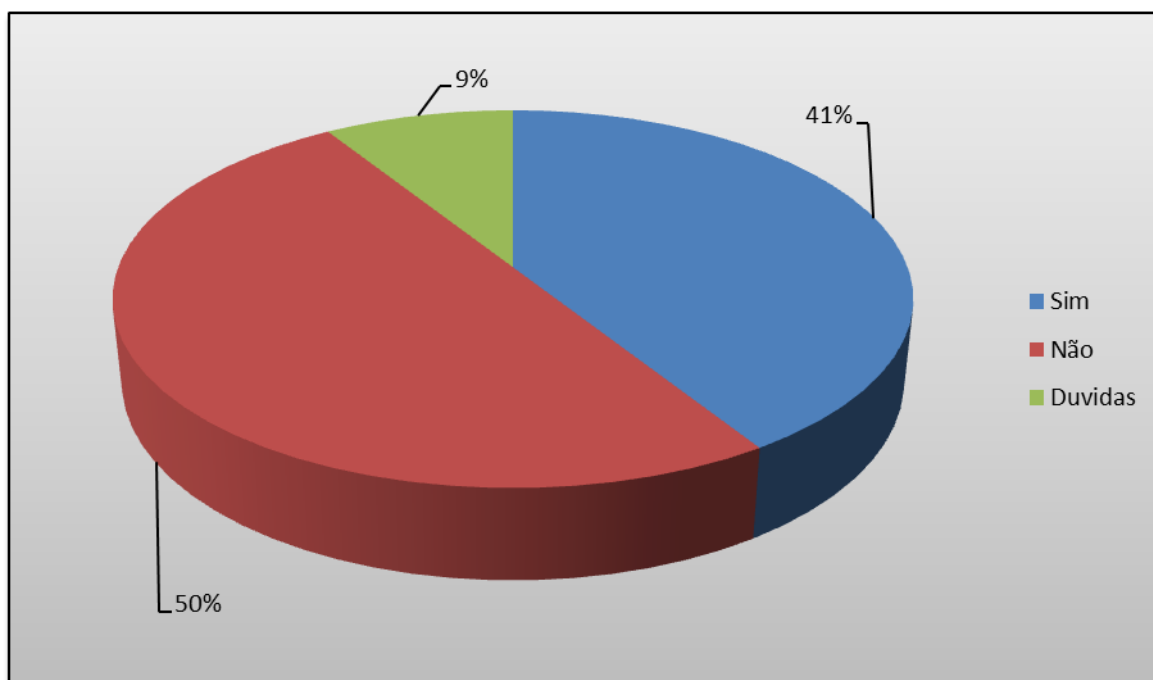
CAPITÃ NBS : “ Sim, além do assédio, existe uma discriminação do nosso trabalho.”

2º SARGENTO SR: “ Sim, hoje não, mas já fui.”

CABO DPC: “ Sim, a instituição é machista, mas está melhorando.”

CADETE E: “Sim”

Gráfico 06: Você se sente discriminada pelos colegas de profissão?



Fonte: O autor, 2017.

É perceptível no gráfico acima que a maioria não se sente discriminada, totalizando 50%, enquanto que 41% delas alegam que se sentem discriminadas e 9% deixam dúvidas nas suas colocações.

É provável que a resposta da maioria seja uma postura estratégica de não enfrentamento com os colegas militares do gênero masculino.

As relações de gênero não são necessariamente relações complementares, em que o homem domina e a mulher se submete. São na verdade, relações dialéticas onde o poder se articula de acordo com o campo de força. Homens e mulheres detêm parcelas de poder, embora de forma desigual e para exercerem tais poderes, ambos lançam mão de diferentes estratégias de poder e dominação-opressão (Foucault, 1981, Saffioti, 1995 apud Araújo 2004)

A sexta pergunta trata de: Com o ingresso das policiais feminino no policiamento ostensivo, houve mudanças substanciais, no que diz respeito, ao papel das mesmas dentro da segurança pública?

PM C: “ Sim, somente de certa forma”

SOLDADO RSL: “ Sim, alcançando patamares cada vez mais elevados, as mulheres estão modificando o atual cenário.”

SOLDADO PA: “Sim”

CADETE SS: “ Sim, isso fez com que outras mulheres passassem a querer seguir os mesmos passos.”

GCM: “Sim, a habilidade para dialogar é mais notória no gênero feminino.”

CAPITÃ FSA: “ Sim, pois antes só se concebia que a mulher poderia trabalhar no administrativo, com a inserção no policiamento ostensivo, percebeu-se que a mulher tem a capacidade de trabalhar no enfrentamento direto da criminalidade.”

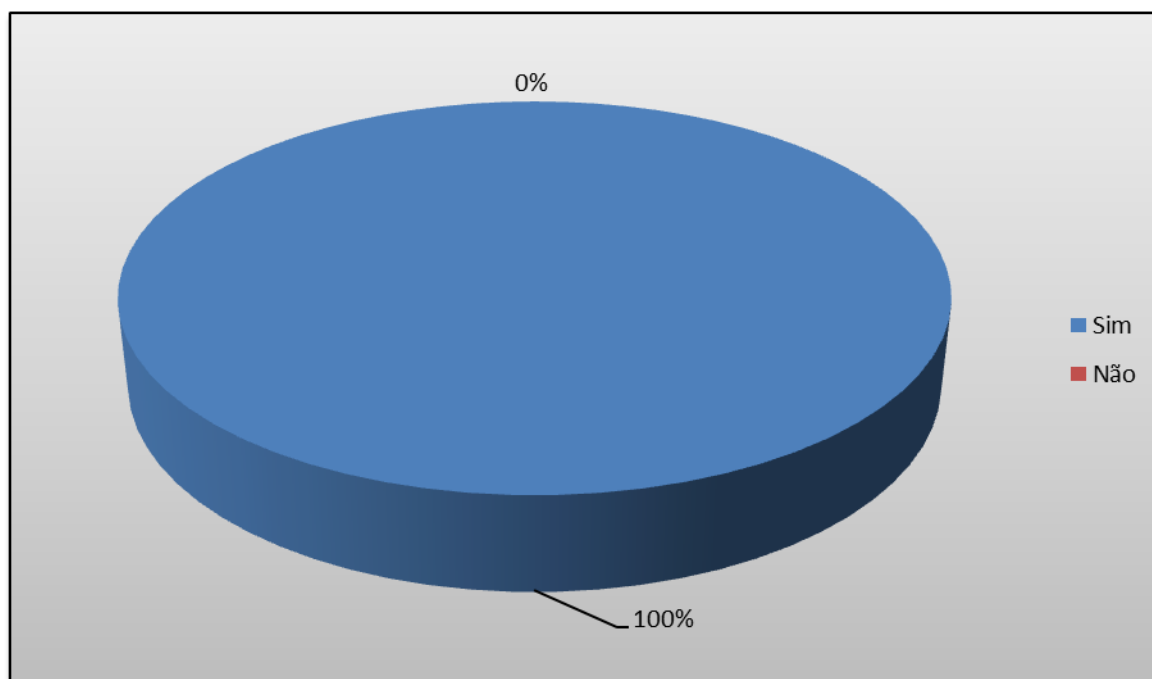
LFC: “Sim, claro! Até mesmo em algumas ocorrências, a mulher sente mais segurança e confiança diante da policial feminino, diante de certas situações.”

2º SARGENTO V: “ Sim, hoje o reconhecimento da mulher na polícia militar está bem maior. Em 20 anos de corporação a PM feminina já alcançou postos antes nem imaginados, como por exemplo o posto de Coronel.”

CADETE E: “Sim”

SOLDADO JMR: “Sim, aos poucos a policial feminino vai ganhando seu espaço e se tornando imprescindível ao policiamento ostensivo.”

Gráfico 07: Com o ingresso das policiais feminino no policiamento ostensivo, houve mudanças substanciais, no que diz respeito, ao papel das mesmas dentro da segurança pública?



Fonte: O autor, 2017.

Com referência aos dados do gráfico que trata sobre a Mulher no policiamento ostensivo e as mudanças substanciais, é possível identificar nas respostas das dez policiais que responderam ao questionário que todas foram enfáticas em pontuar que a sua presença no policiamento ostensivo trouxe mudanças substanciais para a segurança pública, este dado representa 100% das respostas.

De certa forma estas respostas contemplam uma “reflexão coletiva sobre o papel da mulher na polícia e da policial feminina na melhoria dos serviços de segurança.” (SOARES & MUSUMECI, 2005, p.107).

Face ao conjunto de respostas obtidas nos questionários fica claro que as mulheres policiais, conseguiram atender ao que está expresso na cartilha “os princípios de empoderamento da mulher.” (ONU Brasil) no que desrespeito a questão do empoderamento.

O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio

sustento. Percebemos de acordo com as respostas das policiais esse empoderamento já chegou embora que de forma sutil nas trincheiras da policia militar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é muito recorrente o domínio dos homens na maioria das instituições, tanto pública quanto privada, mas ainda assim muitas mulheres conseguem conquistar espaço antes dominado somente por homens.

Nos últimos tempos, a mulher brasileira tem passado por mudanças e conquistas significativas em seus direitos no que tange ao mercado de trabalho, à sua inserção a instituições antes predominantemente masculinas. Conquistas de leis que lhes garantem a integridade física e moral, como por exemplo a “Lei Maria da Penha”.

A partir da análise das falas dos questionários proposto às policiais militares, temos algumas considerações, no que diz respeito à inserção na carreira militar: as policiais continuam sentindo dificuldade, tratando-se do trabalho desenvolvido na instituição a maioria se sente inserida e apta, no que concerne às políticas da instituição outras acham que desfavorecem, no que diz respeito à concepção da população em relação às policiais no policiamento ostensivo, considerando que parte da população não vê a policial feminina como vê o policial masculino.

Na questão da discriminação, a minoria diz se sentir discriminada e, para finalizar, elas dizem, em sua maioria, que ao ingressarem no policiamento ostensivo há sim mudanças substanciais no que diz respeito ao seu papel dentro da segurança pública.

O que podemos concluir desta pesquisa é que embora exista ainda hoje esses entraves, como a discriminação, a dominação masculina, a subestimação da mulher ante seu papel na sociedade, nas instituições e na vida é que, se não fosse a luta de outrora de algumas “guerreiras” na Instituição Polícia Militar não existiriam as conquistas de hoje. Tais guerreiras buscam, com muito esforço, se “empoderarem”.

Esse dito “empoderamento” da mulher, termo bastante utilizado atualmente, pensa-se em uma mulher com liberdade de agir, vestir-se, escolher, posicionar-se ante a sociedade, senhora das suas vontades, dona de si, com personalidade forte, líder, capaz de abraçar várias funções e ainda ser mãe, mulher entre outras coisas.

Entretanto, para que essas mulheres conseguissem alcançar seus objetivos, desde defender uma patente maior, a buscarem um salário igualitário,

defender querer está no policiamento ostensivo, defender chegar à mais alta patente, enfim, foram necessários anos de luta e de ousadia.

Portanto, não intimidar-se por ser mulher é saber defender os seus direitos e não aceitar “verdades” forjadas por uma classe machista e intolerante que busca, através de seu discurso preconceituoso, impor seu poder e coloca-las sob sua subordinação.

Esta pesquisa não se encerra aqui, partindo do princípio que estamos em constantes mudanças e buscas, todos os dias fazemos novas descobertas e as pesquisas não são estáticas. Desse modo este trabalho será referência para outras e outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. **FAZENDO GÊNERO NO MARANHÃO: estudo sobre mulheres e relações de gênero (século XIX e XX)**. – São Luís: Editora EDUFMA, 2010.
- ARAÚJO, Maria de Fátima e MATIOLLI, Olga Ceciliato: **Gênero e violência**. Arte e Ciência, São Paulo 2014.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre (1999). **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BUENO, André. **Textos sobre História das Mulheres**. Prefácio Dulceli T. Estacheski. Rio de Janeiro: Ebook, 2016.
- CABRAL, Gilda. **Este Negócio de Gênero... Sei Não!** In SOMMA NETO, João (Org.). **Ações e Relações de Poder – A construção da Reportagem Política no Telejornalismo Paranaense**. Curitiba: UFPR, 2004.
- CARVALHO, Mônica, CATARINA, Marlene, **Policiais Mulheres: Relação de Poder e Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais**. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em 12/03/2017.
- CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos Fios da Trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e Trabalho do Operariado Feminino em São Luís na Virada do Século XIX**. – São Luís: EDUFMA, 2006.
- CUSCHNIR, Luiz. **Homens sem máscaras: paixões e segredos dos homens**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- DORAIS, Michel. **O homem desamparado: crises masculinas, compreendê-las para enfrenta-las**. ed . Loyola. São Paulo, 1194.
- DUBY,G; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento, 1990.
- FARIA, Regina Helena Martins. **GÊNESE DO POLICIAMENTO PREVENTIVO NO MARANHÃO: UM BREVE HISTÓRICO**. In: GALVES, Marcelo Cheche e COSTA, Yure (Org.). **O MARANHÃO OITOCENTISTA**. São Luis – Editora: UEMA, 2009.
- FERREIRA, Jesus Aparecida. **Relações Étnicos Raciais, de gênero e sexualidade: Perspectivas Contemporâneas**. Ed. UEPG, 2014.

- FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GAMA, Andrei Sousa. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. Ed.Cortez, São Paulo,2015.
- GIKOVATE, Flávio. **Homem: sexo frágil?** 9ª ed. São Paulo, Summus, 2000.
- GOFFMAN, E. **A representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LÜDK, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, 99 p.
- MÉSZAROS, István . **Para Além do capital**. Trad. Sérgio Lessa, Paulo César Castanheira: Castanheira: Campinas : Bomtempo editorial, 2002.
- PACHECO, Maria da Gloria Costa. **O VOTO DE SAIAS: trajetória de conquista do sufrágio feminino no Maranhão**. In. ABRANTES, Elizabeth Sousa. FAZENDO GÊNERO NO MARANHÃO: estudo sobre mulheres e relações de gênero (século XIX e XX). – São Luís: Editora EDUFMA, 2010.
- PÊCHEUX, M. **Semântica do discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, p.160
- PEREIRA, Luciana Baroni Santos. **“MULHERES FARDADAS”:** a participação feminina na policia militar do Maranhão. (Monografia Historia Licenciatura) São Luis – MA: UEMA, 2009.
- PERROT, Michelle. **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das letras 1991.
- Pizan, Christine. **“O livro da cidade das damas.”** Tradução: Luciana Eleonora de Freitas Calado. Página consultada em 10.08.2013, em www.dominiopublico.com.br.
- POLICIA MILITAR DO MARANHÃO: **apontamentos para sua história**. – São Luis – PMMA, 2006.
- Policiais Militares. G1 Maranhão. Disponível em: www.g1.globo.com/ma/maranhao. Acesso em 12/03/2017.
- ROMERO, Sônia Mara Thater: **Gestão da diversidade de gênero nas organizações : estudo de casos múltiplos sobre homens e mulheres iguais nas desigualdades**. Porto Alegre, Edipucrs, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher n sociedade de classes: mito e realidades**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SARTI, Cyntia Andersen. **Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo.1989.

SCALON, Celi e ARAUJO, Clara: **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**.Editor FGV, Rio de Janeiro 2005.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**/ Tradução de Élvio Antônio Funck; apresentação de Miriam Pillar Grossi; orelhas de Simone Perreira Schmidt. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SILVA, James Ribeiro. **Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão**. 4ª ed. Ver. e atual – São Luís: Comercial Segraf- Gráfica e Editora Ltda. 2006.

_____. **Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão**. – Grafica Açailandia, 2001.

SILVA, Ricardo de Jesus Pacheco. **MILITARES E MERETRIZES: a ordem e a desordem numa linha tênue – São Luis (1950 – 1970)**. (Monografia História Licenciatura) São Luís – MA: UFMA, 2008.

SILVEIRA, Rosário de Maria Carvalho. **SÃO LUIS FABRIL: cenário e palco da sobrevivência feminina (1880 – 1910)**. In. ABRANTES, Elizabeth Sousa. FAZENDO GÊNERO NO MARANHÃO: estudo sobre mulheres e relações de gênero (século XIX e XX). – São Luís: Editora EDUFMA, 2010.

SITE.WWW.PM.MA.GOV.BR. Acesso em 23/05/2017

SOARES, B.M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Segurança e Cidadania).

SOARES, L.E. PM: **causas da crise e o salto para o futuro**. Folha de São Paulo, 09ago.2001.Disponívelem:<http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/pm-causas_crise.doc >.Acesso em: 18 março 2017.

www.wdl.org.(Biblioteca digital). Acesso em 10/03/2017

ZIERER, Adriana. **Da Ilha dos bem-aventurados à busca do Santo Graal: uma outra viagem pela Idade Média**. São Luís: Editora UEMA, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA MONOGRÁFICA: UMA ANÁLISE FEMININA.

QUESTIONÁRIO

1) A sua inserção na Polícia Militar do Maranhão foi fácil? E quanto à concorrência, foi igual?

() sim () não

Justifique _____

2) No que concerne ao trabalho desenvolvido na instituição, você se sente inserida a desenvolver seu trabalho nos postos e graduações da Instituição ou somente àqueles que “as mulheres têm condições de exercitarem”?

Sim () Não ()

Justifique _____

3) Para você as políticas da instituição favorecem ou desfavorecem às policiais militares?

Favorecem () Desfavorecem ()

Justifique: _____

4) Na sua concepção a população vê a policial feminina da mesma forma que o policial masculino?

Sim () Não ()

Justifique _____

5) Você se sente discriminada pelos colegas de profissão?

Sim() Não()

6) Com o ingresso das policiais feminino no policiamento ostensivo, houve mudanças substanciais, no que diz respeito, ao papel das mesmas dentro da segurança pública?

Sim () _____

Não () _____

APÊNDICE B: OFÍCIO SOLICITANDO INFORMAÇÕES QUANTO AO EFETIVO ATUAL DAS POLÍCIAS DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO.

São Luís, 18 de maio de 2017.

Ofício s/n

Do Graduando do Curso de História da UEMA
Ao Senhor Chefe da 1ª Seção do EMG da PMMA.
Assunto: Solicitação de informação do Efetivo PM.

Através do presente, solicito de vossa senhoria informações quanto ao efetivo atual das policiais militares da Polícia Militar do Maranhão para que sejam disponibilizadas tais informações como fonte de pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado em banca examinadora do curso de graduação em História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão com o título: **A Inserção da Mulher na Carreira Policial Militar**: Um estudo de caso na Polícia Militar do Maranhão.

E também as datas das inclusões do efetivo feminino com a suas respectivas publicações de nomeações em Boletins Gerais ou Diário Oficial do Estado.

1. Postos e Graduações:
 - Oficiais (masculinos e femininos)
 - Praças (masculinos e femininos)

2. Oficiais e praças femininos na reserva remunerada.

Respeitosamente,

ST PM ALBERTO COSTA DIVINO FILHO
Graduando do 8º Período de história da UEMA